



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

121ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.  
16 de Março de 2016.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom dia,  
2 como nós já temos o quórum devido para a nossa 121ª Reunião Ordinária do  
3 CONAMA, vamos dar início aos trabalhos da nossa agenda. Eu vou pedir as  
4 palavras de abertura da senhora ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, por  
5 gentileza.

6  
7  
8 **A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Bom dia a  
9 todos, eu gostaria primeiramente de cumprimentar o plenário do CONAMA, mas  
10 fazendo aqui uma apresentação formal do novo Secretário-Executivo do Ministério  
11 do Meio Ambiente, o Dr. Carlos Klink, como os senhores devem ter conhecimento,  
12 o Dr. Francisco Gaetani deixou o Ministério do Meio Ambiente para ser Secretário-  
13 Executivo do Ministério do Planejamento, a carreira dele de gestor público, por  
14 essa razão, nós tivemos que fazer uma alteração de equipe, e eu convidei o então  
15 secretário de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Carlos Klink  
16 para integrar a Secretária-Executiva. Então, seja bem-vindo a esse plenário, ele  
17 deverá conduzir as reuniões com os senhores daqui para frente, e, obviamente,  
18 aliás, já estreou ontem, fazendo todo o processo de consulta e de preparação na  
19 interlocução que o Ministério do Meio Ambiente faz com os vários segmentos  
20 representados aqui neste Conselho. A segunda questão que eu gostaria de fazer  
21 referência diz respeito à questão da pauta, nós temos uma pauta que vai ser  
22 mobilizada em função de uma resolução que trata de inspeção de indústrias  
23 madeireiras, e que foi objeto de debate, de discussão desde 2015, de reunião  
24 extraordinária de câmara técnica, e que eu fui informada que ainda há pontos que  
25 devem ser objeto de diálogo e de debate nessa plenária. Então, esse assunto será  
26 encaminhado, como também a Secretária-Executiva do CONAMA, dará palavra  
27 aqui ao consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente, para falar a respeito de  
28 resoluções do CONAMA, os novos quadros, o novo quadro legal do Brasil, em  
29 relação, por exemplo, a Lei Complementar 140, a questão do próprio Código  
30 Florestal, e a necessidade ou não de avaliação por parte desse Plenário de  
31 revisão, adequação e aprimoramento das resoluções, como também a  
32 necessidade de rever, verificar o cumprimento da implementação das resoluções  
33 do CONAMA, algo que eu tenho insistido muito nos últimos anos, que é  
34 absolutamente importante que todos tenham o domínio sobre a implementação de  
35 cada resolução e as suas responsabilidades. Em torno disso, eu gostaria também  
36 de falar sobre o Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural, ontem foi  
37 divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, está no site do Ministério do Meio  
38 Ambiente, um balanço geral do Cadastro Ambiental Rural do Brasil, ok? Onde eu  
39 gostaria de destacar algumas questões para fazer referência ao trabalho que está  
40 sendo desenvolvido. Do ponto de vista de área passível de cadastramento, nós  
41 temos 397 milhões de hectares, nós já estamos com quase 270 milhões de  
42 hectares na base do CAR. Quando falamos na base do CAR, porque esses dados  
43 já foram checados, do apelo que os estados fizeram, se tem inconsistência, se  
44 não tem inconsistência, um exemplo disso há quatro, cinco meses atrás, nós  
45 tínhamos a indicação que Distrito Federal estava chegando a quase cem por cento  
46 do CAR, a verificação de consistência técnica dos dados de cadastro feito pela  
47 equipe do Governo Federal, remete hoje ao Distrito Federal, a cerca de 40% do

48 cadastro do CAR. Então, todos os dados são checados, recheckados, quero  
49 também informar aos senhores que ontem o Ministério do Meio Ambiente fez uma  
50 apresentação ao Tribunal de Contas da União sobre o Cadastro Ambiental Rural,  
51 todos os procedimentos, como é feito, com total transparência, o nosso  
52 entendimento é que é absolutamente, nós estamos com cerca de 70%, ou  
53 esperamos chegar, esse é o balanço de fevereiro, esperamos chegar ao final  
54 deste mês, a cerca de setenta por cento ou até setenta e cinco por cento, vamos  
55 verificar o esforço da área cadastrada, chegando ao final de abril a 80%, essas  
56 são as metas que estão postas para daquilo que nós estamos acompanhando em  
57 função da dinâmica de realização do Cadastro Ambiental Rural. Ontem, eu tive  
58 uma reunião com a Frente Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional, fui  
59 procurada por esses parlamentares, e eles saíram de lá com o compromisso do  
60 Ministério e de envidar esforços com vistas à Implementação do Cadastro  
61 Ambiental Rural. O Ministério do Meio Ambiente também está sendo objeto de  
62 consultas, a respeito de necessidade de prorrogação do CAR. Lembro aos  
63 senhores que o CAR não vai deixar de existir dia 06 de maio, ele continuará  
64 existindo, a Lei não estabelece prazo para terminar o CAR, a Lei define que o  
65 CAR terá que ser feito, e poderá ser feito prorrogável por mais um ano, até 2016,  
66 e o CAR continuará aberto, o que tem que ser verificado e as discussões de  
67 natureza jurídica que estão acontecendo, é o que acontece para quem fizer o CAR  
68 depois do período autorizado pela Lei, até 05 de maio de 2016. Agora, isso, eu  
69 também quero lembrar aos senhores que a responsabilidade de execução do  
70 CAR, se eu não estiver equivocada, é dos estados e dos municípios, o Ministério  
71 do Meio Ambiente também tornará disponível um balanço daquilo que a Lei  
72 estabelece como competências, para que todos devam fazer ou deixar disponível,  
73 e o que está efetivamente implementado, particularmente os decretos de  
74 regulamentação de PRA, e outras situações de natureza legal, que são  
75 competência dos estados e a dos municípios, assim estabelecido pela Lei, do  
76 ponto de vista do Governo Federal, nós fizemos regulamentação, todas as  
77 regulamentações estão indicadas como obrigatórios para o CAR, e mais do que  
78 isso, fizemos o Sistema Nacional de Integração dos Dados do Cadastro  
79 Ambiental, o SiCAR, disponibilizando para os estados que não tinham condições  
80 de implementar o seu sistema, o sistema de cadastramento ambiental rural, além  
81 da compra de todas as imagens de satélites atualizadas, além da capacitação de  
82 mais de 51 mil pessoas no País, além de viabilizar recursos financeiros para  
83 apoiar estados, e apoiar associações que estão dispostas a ajudarem  
84 principalmente os agricultores familiares, os agricultores mais pobres, que não têm  
85 acesso ao cadastramento ambiental rural, esses relatórios, essas avaliações estão  
86 todas disponíveis em site. Então, o meu pedido aqui é que todos, eu estou  
87 olhando para ABEMA, cadê o Eugênio? Não estou vendo o Eugênio, o presidente  
88 da ABEMA, teve que sair, um esforço, aliás como nós fizemos, lembro também  
89 que no início no ano passado, em 2015, nós fizemos uma reunião, o Governo  
90 Federal, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, com todos os  
91 secretários de Meio Ambiente, com todos os secretários de Agricultura do País,  
92 solicitando que todos se engajassem na consecução do Cadastro Ambiental Rural.

93 Então, o que nós estamos trabalhando é pelo, efetivamente, povoamento do  
94 Cadastro Ambiental Rural, estamos discutindo isso e buscando todos os meios  
95 para que o Cadastro Ambiental Rural chegue a 80, 85% ou a 90%. Há regiões do  
96 País, estados que já fizeram tudo que tinha que ser feito, há regiões do País, que  
97 se olhar do ponto de vista dos resultados, e isso está tudo disponível  
98 efetivamente, você tem a região Nordeste, com cerca de 84% da área realizada  
99 passível de cadastramento realizado, o Nordeste, os piores desempenhos estão  
100 na região Nordeste e na região Sul, a região Sul, por conta do estado do Rio  
101 Grande do Sul, o estado de Santa Catarina tem 75%, o estado do Paraná tem  
102 cerca de 51 ou 52%, se não falha a memória, os estados do Sudeste, São Paulo,  
103 Rio de Janeiro, extremamente, 75%, 65%, estado de Minas Gerais com quase  
104 70% também feitos. Agora, no Nordeste, nós temos dificuldades, não sei está aqui  
105 o secretário de Meio Ambiente de Pernambuco, Pernambuco tem menos de 13%  
106 feito do seu Cadastro Ambiental Rural. Então, é absolutamente importante que  
107 todos os estados se engajem na consecução e realização do instrumento que é  
108 transformador da gestão ambiental desse País, não é só pela agricultura não, nós  
109 estamos fazendo um trabalho de correção de malha hidrográfica do País, em  
110 função da tecnologia torná-la disponível, para discutir a questão da recuperação  
111 do rio São Francisco, nós estamos fazendo agora o uso das nascentes mapeadas  
112 pelo Cadastro Ambiental Rural, na discussão do Rio Doce, as áreas por hectare  
113 de ocupação, os dados de nascentes estão vindo do Cadastro Ambiental Rural,  
114 com atualização dizendo quem é quem, como é que pode ser feito. Então não é  
115 possível que não haja um forte engajamento dos secretários de Meio Ambiente  
116 para a realização disso, lembrando que nós deixamos recursos disponíveis, o  
117 secretário de Tocantins está aqui? Tocantins está com 50 e poucos por cento, e  
118 nós alocamos 47 milhões de reais para vocês, via Fundo Amazônia. Então, eu  
119 solicito, peço, reitero o real engajamento dos conselheiros do CONAMA, as  
120 associações de classes que estão aqui para trabalhar com seus agricultores. Nós  
121 fizemos modo *online*, modo *off-line*, tudo que foi demandado, módulo de cadastro,  
122 módulo de análise, análise automática, tudo que os estados solicitaram, nós  
123 estamos trabalhando para viabilizar isso desde que foi assinada a Lei, isso é  
124 referência, não só aqui no País, mas no mundo, as pessoas estão vindo para  
125 saber como que faz o Cadastro Ambiental Rural em outros países do mundo.  
126 Então, eu peço que em vez de ficarmos com disputas, vai prorrogar, não sei o  
127 quê, isso é uma questão do Congresso Nacional, ontem eu me reuni com o  
128 Congresso pedindo o apoio para fazer o Cadastro, que, por favor, nós também da  
129 área ambiental, aqueles responsáveis, o façam e se engajem veementemente na  
130 consecução do cadastro. Não há desculpas para não fazê-lo, aqueles que têm  
131 dificuldades de fazê-lo, eu já falei, são 51 mil pessoas, e nós continuamos agora  
132 com mais cursos de capacitação à distância. Nós vamos soltar um balanço,  
133 estado por estado, quem foi que fez, quem foi capacitado e quem está capacitado,  
134 isso está saindo do Governo Federal. Em nenhum momento nós estamos nos  
135 recusando a apoiar, ao contrário, nós estamos o tempo inteiro apoiando os  
136 estados e municípios para fazê-lo. Então não é compreensível e aceitável que  
137 alguém possa dizer que vamos prorrogar prazos e etc., o cadastro é um

138 instrumento estratégico, não só para a agricultura brasileira, mas  
139 fundamentalmente para a proteção ambiental, e isso demanda o engajamento de  
140 todos, e este Conselho, nós podemos fazer uma reunião de balanço do cadastro  
141 ambiental rural com vocês, mostrando tudo do Cadastro Ambiental Rural, e  
142 obviamente fazer com que até maio de 2016, nós possamos ter os melhores  
143 números em relação à área já cadastrada no País, digo aos senhores isso, porque  
144 nunca se teve, vamos ter cerca de 320, 330 milhões de hectares cadastrados no  
145 País, ninguém tem isso. O trabalho é extremamente sério, o balanço do Centro  
146 Oeste hoje é de 66%, o balanço do Sudeste é cerca de 68%, e Amazônia tem  
147 84%. Tem esse balanço aqui, já está no site, totalmente disponível para todos,  
148 pode fazer *download*, com mapas, com participação, quem é quem, área, número  
149 de imóveis, tudo direitinho colocado, o incremento com relação ao mês anterior,  
150 quem está aprimorando, quem está mais lento, e, eu peço, por favor, aos  
151 secretários de Meio Ambiente, a sociedade civil, as entidades de classes, todos  
152 que estão aqui representados, que de fato tenham um engajamento em relação ao  
153 Cadastro Ambiental Rural. Portanto, eu estou dizendo que não estou trabalhando  
154 com perspectiva de prorrogação de prazo de Cadastro Ambiental Rural, estou  
155 deixando isso bem claro, para depois não falarem que a ministra está querendo,  
156 porque não é isso, estou trabalhando na direção contrária, povoamento do CAR,  
157 fazer o CAR, os produtores rurais que têm benefícios na Lei assegurados por  
158 conta de fazer o Cadastro Ambiental no prazo façam o Cadastro Ambiental Rural,  
159 e os estados são responsáveis pelo regulamento e etc., adote os seus  
160 regulamentos específicos como a Lei determina que sejam feitos. Em relação  
161 ainda à questão de mudança, agora outro assunto que vai estar na pauta, diz  
162 respeito à questão do acordo de Paris, e o debate sobre mudança do clima, vai  
163 ser feita uma apresentação mostrando o que é de fato o acordo de Paris, o que  
164 significa isso, quais os desdobramentos disso do ponto de vista de ratificação de  
165 cada País membro da ONU, a expectativa, a expectativa não, o calendário é que  
166 assinemos o acordo dia 22 de abril, cada País seja signatário, assine o acordo em  
167 22 de abril na ONU, em Nova Iorque, isso virá formalmente para o Itamaraty, o  
168 Governo Brasileiro, o Governo Brasileiro prepara uma mensagem para o  
169 Congresso Nacional, o executivo, e essa mensagem é, então, objeto de discussão  
170 na Comissão de Relações Exteriores, com vista à autorização do Congresso  
171 Nacional para a ratificação do acordo. É esperado que tenhamos 55 dos países e  
172 55% das emissões, são dois critérios para que o acordo entre em vigor, o  
173 Itamaraty e o Ministério do Meio Ambiente poderão detalhar isso para os  
174 senhores, na realidade tem que ter 55 dos países, que são membros da  
175 Convenção, signatários da Convenção ratificando o acordo, mais 55% das  
176 emissões globais. As Nações Unidas ofereceram para cada país o seu perfil de  
177 emissões, o Brasil é responsável por 2,48% das emissões globais, 2,48%, esse é  
178 o dado oficial oferecido pelas Nações Unidas para o Brasil. E nós iremos, está  
179 previsto a minha participação em Nova Iorque, deveremos assinar e o Itamaraty  
180 espera nos dar em ritos formais, e eu espero até meados desse ano, a mensagem  
181 já está no Congresso Nacional. Então, ao contrário, há um forte engajamento do  
182 Poder Executivo para que o acordo seja ratificado. Mas, de qualquer maneira, eu

183 pedi aqui que fossem solicitados a Secretaria de Clima e também ao Itamaraty,  
184 naquilo que couber, os esclarecimentos necessários sobre o acordo de Paris.  
185 Também vocês terão o informe a respeito da conferência das partes de  
186 Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB, que acontecerá esse ano no  
187 México. Como vocês sabem, diferentemente de Mudanças no Clima, que são as  
188 COPs, Conferência de Impactos de Clima são anualmente, da Biodiversidade  
189 acontece a cada dois anos, então nós teremos uma reunião, e lembro que o  
190 secretário da Convenção é um brasileiro, um ex-secretário de Biodiversidade do  
191 Ministério do Meio Ambiente, e nós teremos um grande evento a respeito à  
192 conservação da biodiversidade e os desafios que se colocam, ainda é necessário  
193 do ponto de vista da convenção que o Congresso Nacional ratifique o protocolo de  
194 Nagoya, então é absolutamente, só comparando os dois ritos, toda a ratificação de  
195 acordo internacional passa pelo Congresso Nacional, e isso ainda não tem  
196 posição do Congresso, o Governo continua, eu, pessoalmente, continuo engajada,  
197 solicitando que se viabilize a autorização do Congresso, mas, enfim, nós temos  
198 que aguardar os ritos do Poder Legislativo. Por fim, então, seria interessante que  
199 vocês pudessem explorar, verificar quem está engajado, dos estados  
200 particularmente tenha um maior engajamento da preparação da CDB, tem vários  
201 eventos paralelos, enfim, e o Brasil, ao contrário do que muito possam, às vezes,  
202 sugerir, com essa agenda bastante atualizada em termos de conservação da  
203 biodiversidade, sendo objeto inclusive de referências no que diz respeito aos  
204 estudos do Governo Brasileiro, sobre áreas prioritárias para conservação da  
205 biodiversidade, a CDB pediu formalmente que o Brasil encaminhasse a sua  
206 metodologia, para que isso possa ser adotado como referência internacional.  
207 Então, só para terem ideia dos trabalhos que estão sendo feitos. Por fim, eu pedi a  
208 presidente do IBAMA, solicitei, também houve uma demanda, que ela pudesse  
209 fazer aqui uma apresentação a respeito do acordo, que foi feito referente a  
210 questão do acidente do rio Doce, fruto de uma ação civil pública, movida pela  
211 União e pelos governos de Minas e do Espírito Santo. O Rodrigo, secretário do  
212 Espírito Santo está aqui? Não está? De qualquer maneira, o rito adotado na área  
213 ambiental para a construção desse acordo, eu instituí formalmente um Grupo de  
214 Trabalho, esse Grupo de Trabalho é presidido pela presidente do IBAMA, que  
215 coordenou junto com os outros órgãos ambientais as posições técnicas, os laudos  
216 e os pareceres para fundamentarem todo o processo de negociação técnica do  
217 acordo. O acordo deve ir à homologação judicial, mas está feito, e é calcado na  
218 questão de reparação, cem por cento, tudo que tiver que ser reparado, do ponto  
219 de vista da ANA, terá que ser feito, e em compensações. Do ponto de vista  
220 socioeconômico, essa questão foi conduzida na esfera do Governo pela Casa Civil  
221 da Presidência da República, reunindo os ministérios afetados, Agricultura, Pesca,  
222 enfim, todos que estavam ali, que foram afetados pelo acidente. Então, a parte  
223 socioambiental, a parte ambiental foi conduzida, índios e etc., tudo foi conduzido  
224 pela Casa Civil, e a parte ambiental foi conduzida por esse grupo, com os  
225 secretários de estado, e a presidente do IBAMA, o presidente do ICMBio, todos  
226 envolvidos, e o presidente do comitê de bacia do Rio Doce, o presidente, todos  
227 discutiram e fizeram os laudos, diretores da ANA com laudos, todo mundo para

228 poder levar à construção do que foi a proposta do acordo e o que foi assinado, ela  
229 vai dar detalhes sobre isso etc., estruturas de governança, o que se espera,  
230 compensação, dinheiros etc., e, obviamente, o porquê do modelo que foi adotado,  
231 uma vez que a decisão que foi tomada é que nenhum dinheiro oriundo de  
232 empresa relacionado a isso, teria que vir para os cofres públicos, esse é um  
233 arranjo que assegurasse, considerando um processo de médio e longo prazo de  
234 recuperação que assegurasse os caminhos para a total transparência da gestão,  
235 mas o cumprimento do que a empresa terá que fazer, obrigado a fazer de  
236 recuperação e de compensação. Lembrando também que o modelo de  
237 fundamento que foi escolhido permite um maior controle social, e assim foi  
238 discutido, conduzido pela Advocacia Geral da União, todo esse processo de  
239 negociação, de formulação, de formalização etc., foi coordenado pela Advocacia  
240 Geral da União. Então, as áreas técnicas contribuíram com os seus insumos, e a  
241 Advocacia Geral da União, por se tratar, junto com a Advocacia Geral de Minas,  
242 junto com a Procuradoria do estado do Espírito Santo, por se tratar de assunto  
243 frutos de ação civil pública, condição judicial a favor dessa ação civil pública por  
244 parte do juiz. Ok? E não esvazia em nenhum momento as interlocuções com o  
245 Ministério Público, estadual ou federal, isso foi construído, como também com os  
246 movimentos sociais, eu mesmo me reuni com o Movimento Atingidos por  
247 Barragem, com a Agricultura Familiar, com Contag, todos buscando o caminho da  
248 solução. O princípio aqui é que temos experiência no Brasil, de que a  
249 judicialização leva a um longo prazo de disputas entre as partes, e nós  
250 entendemos que a prioridade é recuperar e devolver o Doce melhor do que ele  
251 estava. Então, esse foi o entendimento de um grupo coordenado e instituído pela  
252 própria Presidente da República, que reúne a União, os estados para discutir  
253 quais os melhores caminhos. Nada disso isenta as indenizações que estão em  
254 curso, tudo permanece, ninguém trouxe isso para dentro do acordo, isso vai  
255 continuar, não isenta que ninguém entre com outra ação, ao contrário, todos ali  
256 fazem o que tem que fazer, o que entender que cabe fazer. E também o fato de  
257 que se a empresa tiver qualquer dificuldade, do ponto de vista de ser responsável  
258 pelos seus compromissos, as suas controladoras, ou seja, a empresa Vale do Rio  
259 Doce e a BHP Billiton, são responsáveis por cumprir todos os compromissos  
260 assumidos no acordo, de tal maneira que possamos também evitar situações,  
261 como por exemplo, o Brasil já viveu, quem é do Rio de Janeiro? Quem é do rio  
262 sabe o que é a empresa Ingá em Sepetiba, com a massa falida de vinte anos, e  
263 cada vez que chovia todos ficavam desesperados se aquilo vazasse com metal  
264 pesado para dentro da baía de Sepetiba, ou outros passivos ambientais, que  
265 alguns deles se estendem até hoje buscando soluções, principalmente quando a  
266 empresa declara a falência. Então, é importante que todos entendam o que seja  
267 feito, agora não exige, no meu entendimento, como eu disse na reunião passada,  
268 que esse Conselho acompanhe as medidas em relação ao que está sendo  
269 adotado em relação a recuperação do rio Doce. Eu diria até mais, eu disse isso já  
270 publicamente, que tão logo tenhamos uma avaliação de todas as causas, até  
271 agora não está disponível o relatório de causas do acidente, também não tive  
272 acesso uma avaliação do processo de licenciamento ambiental que aconteceu lá

273 em Minas Gerais. Então, tão logo nós tenhamos isso tudo disponível, imagino,  
274 como sugestão, que tenhamos que ter um debate sobre que aconteceu, e a  
275 necessidade ou não de aprimoramento de regras de licenciamento, de mudança  
276 de regras, de metodologias ou discussões mais técnicas sobre avaliações de  
277 risco, eu não sei, eu disse apenas que quando tiver a conclusão de todas as  
278 investigações, nós temos que nos debruçar sobre a necessidade de rever a  
279 legislação, tanto em nível federal, do ponto de vista de lei, quanto do ponto de  
280 vista das normas do licenciamento ambiental, ou de avaliação de risco, outras  
281 coisas que foram identificadas pelos especialistas, que são necessários serem  
282 aperfeiçoadas no Brasil, como, aliás, todo acidente, toda vez que tem um acidente  
283 na indústria do petróleo, nós sabemos que se revê procedimentos etc., por  
284 exemplo. Então, esse Conselho continua, no meu entendimento, espaço  
285 necessário e importante para o debate sobre o que aconteceu, acompanhar a  
286 restauração, embora em toda a estrutura de governança montada a sociedade  
287 civil, tanto do ponto de vista dos impactados, quando do ponto de vista do comitê  
288 de bacias, todos estão representados ou tem espaço para estarem representados,  
289 agora isso não foge em nenhum momento, no meu entendimento, o papel político  
290 institucional do CONAMA de acompanhar, saber o que aconteceu, e também  
291 saber como dar-se-á a recuperação e que resultados de qualidade na bacia.  
292 Lembrando que o acordo não é pautado por, vou usar uma expressão que foi  
293 usada pelo advogado geral da União, de saco de dinheiro, o acordo é pautado em  
294 devolver ao rio Doce a qualidade ambiental, melhor do que estava antes. Então, o  
295 objetivo são os indicadores de qualidade ambiental, e isso, aliás, foi uma questão  
296 colocada recorrentemente pelo pessoal do Comitê de Bacia, que querem a  
297 melhora da área impactada, e obviamente compensações da área, além da área  
298 impactada. Então, a Marilene poderá e deverá falar sobre os números, falar que  
299 dois mil hectares é área diretamente impactada, por exemplo, do que extravasou,  
300 e o que é restauração, recuperação de nascentes etc. E o que está previsto ser  
301 feito do ponto de vista de recuperação. Então sugiro que o foco, além do acordo,  
302 que possamos em algum momento, quem é de Minas aqui? Tem alguém de  
303 Minas? O senhor é da Secretaria do Meio Ambiente? O senhor é mineiro, bem-  
304 vindo, eu quero saber quem é do Governo de Minas, é bom que tenhamos  
305 também um depoimento da sociedade civil, a perspectiva, e tem alguém do  
306 Governo do Estado de Minas? O senhor é da FEAM? Talvez o senhor possa  
307 também dar uma nota do que está sendo feito, um esclarecimento de como a  
308 FEAM está fazendo o processo de avaliação, de acompanhamento, do processo  
309 de licenciamento ambiental, o que aconteceu, se está tudo ok, se a empresa não  
310 cumpriu, eu não tenho detalhes sobre isso, porque foi me informado que era  
311 preciso concluir a informação para que vocês pudessem mandar um relatório para  
312 o Governo Federal. Então, estou aguardando o relatório. Então, está ok? Eu  
313 quero, mais uma vez, reiterar a minha satisfação por estar aqui no CONAMA, eu  
314 acho que esse Conselho, desde que nós assumimos o Ministério, mudou de  
315 maneira significativa o seu papel político, posturas e debates, eu me recordo que  
316 quando eu vim para o Ministério, a reunião desse Conselho eram os conselheiros  
317 abandonando o plenário em retaliação ao comportamento de um conselheiro, e

318 literalmente, o Volnei estava aqui conduzindo a reunião e, hoje, nós temos a pauta  
319 do CONAMA, não só a pauta, mas a dinâmica do CONAMA, da Secretaria-  
320 Executiva do CONAMA, com uma série de assuntos absolutamente estratégicos, a  
321 Dra. Ana Lúcia, diretora do CONAMA, poderá também dar esclarecimentos, uma  
322 avaliação geral de tudo que está acontecendo em termos de grupos de trabalho, e  
323 termos de pedidos etc. Agora tem que ter foco, absolutamente foco sobre as  
324 matérias que realmente são objeto, devem ser objeto de apreciação do CONAMA.  
325 E o papel político e institucional do CONAMA de preservar toda a estrutura do  
326 Sistema Nacional de Meio Ambiente e, obviamente, essa é a intenção ou objetivo  
327 que tem marcado a postura política do Ministério do Meio Ambiente nos últimos  
328 anos em relação a valorizar e preservar esse Conselho, aliás, eu acho que isso é  
329 uma questão inquestionável, eu posso dizer o que era antes e o que é hoje,  
330 efetivamente teve uma mudança muito grande, não quer dizer que seja suficiente,  
331 tem que mudar, tem que aprimorar, sempre vai ter que melhorar, mas esse  
332 Conselho tem que ser, e deve ser, como eu fiz no final de 2014, um balanço de  
333 políticas ambientais no País, uma coisa que nunca tinha sido feito no Conselho, e  
334 esse Conselho tem que sim, fazer os enfrentamentos necessários, disputar, falar,  
335 mas preservando o seu papel legal, preservando o seu papel político institucional  
336 e legal. E, obviamente as discussões que envolvem temas desse Conselho, como  
337 padrões de qualidade, licenciamento, monitoramento, questão de conservação de  
338 espécies, espécies ameaçadas de extinção, tudo isso tem que ser objeto de  
339 debate, não só do ponto de vista de norma, mas do ponto de vista da ação política  
340 e das contradições que sempre nós somos colocados, muitas vezes, são  
341 colocados frente às contradições que precisam de uma decisão política, que tem,  
342 no meu entendimento, passado, e deve passar mais ainda por esse Conselho. No  
343 mais, eu quero realmente agradecer a todos, vou passar a palavra ao Dr. Carlos  
344 Klink, e vou pedir publicamente, João Monsã, que o senhor mande um grande  
345 abraço ao Dr. Paulo Nogueira Neto, e diga a ele que eu espero nos próximos 15  
346 dias podê-lo visitar. Não só em meu nome, mas eu tenho certeza que em nome de  
347 todos os conselheiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Então, eu peço  
348 com licença, vou ter que voltar ao Ministério, porque estou recebendo a  
349 conselheira da ONU de populações indígenas, que está fazendo uma visita ao  
350 Brasil, e eu vou recebê-la, e ainda tenho que fazer algumas discussões hoje a  
351 respeito do São Francisco, uma vez que estou indo amanhã para conversar com  
352 os bispos lá no Rio Grande do Norte, a respeito da recuperação e revitalização do  
353 rio São Francisco. Então, eu agradeço a todos, desejo uma boa sessão, um bom  
354 dia e bom debate, mas com serenidade, está bom, Tadeu? Respira fundo para dar  
355 tudo certo. Bom dia a todos, e obrigada. (*Palmas!*). Eu vou deixar aqui os  
356 documentos do CAR com o Klink, se alguém quiser ter algum dado específico,  
357 depois você me devolve, que esse é o meu. E, mensalmente, já esse é o de  
358 fevereiro, início de abril, tem o de março, e assim vai sucessivamente. E o Dr.  
359 Deusdará, que estava aqui, está ali, ele é o responsável por qualquer informação,  
360 se precisarem de uma informação detalhada, se o CONAMA resolver querer saber  
361 mais, o Deusdará fará uma apresentação aqui para vocês, também sobre o CAR.  
362 Obrigada a todos.

363

364

365 **O SR.CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos dar  
366 segmento, eu queria agradecer aqui a gentileza da Dra. Marilene, presidente do  
367 IBAMA, que vai fazer uma breve exposição sobre o acordo do rio Doce, máximo  
368 vinte minutos. Obrigado, Marilene.

369

370

371 **A SR<sup>a</sup>. MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS MÚRIAS DOS SANTOS (Presidente**  
372 **do IBAMA)** – Já está lá na tela. Bom dia a todos. É um prazer estar aqui no  
373 CONAMA, encontrar os companheiros dessa luta pelo meio ambiente, obrigada,  
374 Klink, por abrir esse espaço para falarmos um pouco sobre essa questão, que está  
375 suscitando tanta discussão, e também muita curiosidade de conhecer, eu acho  
376 que é importantíssimo que o CONAMA, os conselheiros conheçam os termos  
377 desse acordo, e possam ser adequadamente informados, infelizmente, muitas  
378 vezes, a imprensa não consegue colocar as coisas de uma forma muito clara, e  
379 muito correta e exatamente dos termos, e como geralmente o que dá mídia e o  
380 que dá espaço é a contestação, é a crítica ao que está sendo feito, e  
381 principalmente ao que é feito pelo Governo, é importante que vocês entendam e  
382 possam formar a própria opinião. Enfim, então, eu vou aproveitar, vou fazer  
383 rapidamente um resumo do que vem sendo feito, o resumo das ações que o  
384 IBAMA tem tomado lá na região, juntamente com a Agência Nacional de Águas,  
385 com o ICMBio, e com os órgãos estaduais, e com o comitê da bacia, e também  
386 com o apoio de especialistas, acadêmicos, universidades, a Universidade Federal  
387 do Espírito Santo tem nos ajudado muito, a Universidade Federal de Minas Gerais,  
388 e outras instituições na gestão deste, que tende a ser o maior, um dos maiores  
389 desastres ambientais do Brasil, e seguramente é o maior desastre ambiental na  
390 área de mineração. Só para vocês terem uma ideia, desde o evento ocorrido lá em  
391 05 de novembro, nós tivemos aí cinco autos de infração, no valor de 250 milhões  
392 de reais, esse é um ponto que eu gostaria de comentar com vocês, a valorização  
393 desses autos superou e muito, individualmente o valor de 50 milhões de reais,  
394 mas como vocês sabem a Lei estabelece que o valor é de 50 milhões de reais, o  
395 valor teto, esse valor em reais foi estabelecido há dezessete anos, nunca sofreu  
396 correções, e com isso, nós ficamos limitados, e fomos muito criticados, por  
397 ocasião do evento, por conta do valor dessas multas, nós estamos com um  
398 processo pronto, finalizando a análise jurídica no IBAMA, encaminhando ao  
399 Ministério do Meio Ambiente, uma proposta de alteração dessa Lei, para que nós  
400 possamos corrigir esses valores, e inclusive fazer uma previsão de valores mais  
401 elevados para casos de desastres, de eventos de poluição excepcionais, isso está  
402 sendo já encaminhado, mas, obviamente, nós sabemos que dependerá de uma  
403 posição no Congresso. Temos aí 39 notificações de tudo que a empresa tem que  
404 cumprir, tem que fazer, fazemos o levantamento georreferenciado de todas as  
405 áreas atingidas, laudos técnicos e trabalhamos no apoio, como foi dito pela  
406 ministra, no apoio ao Governo Federal na propositura da ação civil pública, que  
407 resultou nessa assinatura do termo de transação e ajuste de conduta, que foi

408 assinado agora em fevereiro. Fazemos essa coordenação desse Grupo de  
409 Trabalho, que coordena a posição ambiental do Governo Federal, ele é um Grupo  
410 de Trabalho que vem se reunindo regularmente, e nós dentro do Grupo de  
411 Trabalho, nós trabalhamos com duas linhas, uma é a linha de ação de  
412 acompanhar o evento, gerir o desastre, solicitar e acompanhar todas as ações  
413 emergenciais e de curto prazo e medidas que a empresa precisa tomar, e ao  
414 mesmo tempo fizemos esse trabalho de subsídio à assinatura desse acordo, com  
415 a Samarco, BHP e Vale. Esse Grupo de Trabalho, ele não tem prazo, ele vai  
416 continuar, porque o próprio acompanhamento do termo do acordo será também  
417 feito no âmbito do Governo Federal e da área ambiental, por esse Grupo de  
418 Trabalho. Temos o acompanhamento do plano de recuperação ambiental,  
419 vistorias, continuamos acompanhando todos os resultados do monitoramento,  
420 inclusive fazendo o monitoramento da dispersão da pluma por essa onda de lama  
421 no mar. Também decidindo questões relativas a período de defeso, tudo isso. Só  
422 para vocês terem uma ideia, as multas que foram, são as cinco multas no valor de  
423 cinquenta milhões, envolve tornar a área urbana imprópria para ocupação  
424 humana, provocar carreamento de rejeito de mineração, causar a poluição no rio  
425 Doce, lançar resíduos sólidos na água do Doce, e causar a poluição hídrica  
426 relacionada, e com interrupção do abastecimento público de água. Essas multas  
427 não entraram no acordo, elas estão ainda na instância de discussão  
428 administrativa, não houve a assinatura do acordo, não tem relação com a  
429 suspensão dessas multas, o cancelamento dessas multas, assim como o acordo  
430 não tem nenhuma relação, nenhuma condicionante que estabeleça a volta à  
431 operação da Samarco, a questão da volta à operação o Licenciamento, é um  
432 Licenciamento estadual, o responsável pelo Licenciamento é a FEAM, que está  
433 aqui presente. E a empresa está em tratativas com a FEAM, para poder  
434 reestabelecer a sua licença que foi e continua suspensa, mas não há no acordo  
435 nenhuma relação, nenhuma condicionante para isso. Só para ter uma ideia, esse  
436 mapa é a evolução do evento, o rompimento ali em Mariana no dia 06 de  
437 novembro, e a chegada da onda de lama no mar, da pluma no 21 de novembro,  
438 com os principais pontos mais relevantes do avanço da onda que passou por todo  
439 o rio Doce, e, ali, nós vemos também a bacia do rio Doce. Aqui mostrando o efeito  
440 dessa onda de lama, um indicador da qualidade de água, que é o indicador de  
441 turbidez, a onda de lama, o seu pico foi registrado lá na confluência, ali no rio  
442 Carmo, onde chegou a turbidez chegou a atingir 53 mil NTUs, que é a Unidade de  
443 Turbidez Nefelométrica, há registro de que esses valores podem ter sido ainda  
444 mais elevados, tendo em vista que você, às vezes, não consegue coletar  
445 exatamente no momento da passagem, mas o que está em vermelho, o gráfico  
446 em vermelho é do dia 08 ao doze, quando a onda de lama já tinha chegado até o  
447 mar. Então, nós vemos que o trecho mais impactado é lá no rio Piranga, o rio  
448 Carmo e o rio Doce, até a altura de uma barragem chamada Risoleta, uma usina  
449 elétrica, Risoleta Neves, e dali em diante, nós vamos ter a turbidez variando 5.500,  
450 7.800, e lá, quando nós chegamos lá em Aimorés, nós temos aí tivemos picos em  
451 torno de três mil NTUs, e daí em diante há um decaimento chegando a 1.500 lá  
452 em Regência, já no litoral de Linhares no Espírito Santo. Aqui, um outro gráfico, já

453 do mês passado, em que nós vemos a queda dessa turbidez, aí naquele ponto  
454 mais impactado a turbidez baixando aí para 2.000, cerca de 2.300 NTUs, e ali à  
455 jusante, já no Rio Doce, em torno de 600 NTUs, e depois, nós, inclusive vemos  
456 que nos pontos ali em Governador Valadares, Galileia, Tumiritinga, valores mais  
457 altos, porque essa bacia tem uma característica, que ela é extremamente  
458 desflorestada, ela perdeu a sua cobertura florestal, os remanescentes florestais,  
459 eu creio que abaixo de 10% na bacia, e ela tem processos erosivos muito  
460 intensos. Então, nós temos situações em que ainda que se controle a fonte lá na  
461 barragem do Fundão, lá em Mariana, ainda assim ela tem uma contribuição muito  
462 elevada, mas nós vemos lá na região da Foz, que estava em torno de 1.500 lá na  
463 época do desastre, hoje na faixa dos 230, 210 NTUs, só para dar um parâmetro,  
464 um rio classe 2, a Resolução Conama estabelece a turbidez abaixo de 100 NTUs,  
465 o rio não está na classe 2. Rapidinho, é só mostrar o monitoramento da pluma,  
466 quando nós falamos, tem essa zona aí mais alaranjada, depois tem uma zona  
467 mais diluída, e ali ao lado tem esse monitoramento, essa zona mais alaranjada se  
468 espalha ao longo, ao Sul e ao Norte da Foz do rio Doce, já chegou a ter cerca de  
469 cem quilômetros, e há essa dúvida de até aonde essa onda de sedimentos  
470 chegou. Rapidamente, aí são diques de emergência que foram construídos, são  
471 diques filtrantes, que propiciaram um controle das fontes, do lançamento contínuo  
472 dos rejeitos no rio que estavam realimentando esses altos níveis de turbidez do  
473 rio. Agora falando do TAC especificamente, nós temos aí o TAC, ele foi  
474 decorrente, quando o Governo Federal, o Governo Federal juntamente com o  
475 estado de Minas e o estado do Espírito Santo, propuseram a ação civil pública lá  
476 em dezembro, e houve uma decisão judicial em primeira instância, já  
477 determinando um depósito de dois bilhões de reais pela Samarco e o cumprimento  
478 de uma série de ações que estavam solicitadas dentro da ação civil pública.  
479 Quando aconteceu essa decisão judicial no início de janeiro, a empresa Samarco  
480 juntamente com as suas controladoras, que também eram objetos da ação civil  
481 pública, a Vale e a BHP nos procuraram, o Governo Federal, propondo um acordo,  
482 e houve o entendimento, do qual eu compartilho, e todo o Grupo de Trabalho, de  
483 que esse era o melhor caminho, na justiça nós continuaríamos por sabe-se lá  
484 quanto tempo brigando com possibilidades de N recursos que poderiam protelar e  
485 muito a realização de ações efetivas de recuperação e de reparação dos danos  
486 tanto socioeconômicos, quanto ambientais pela empresa e por suas controladoras.  
487 Então, eu considero que a assinatura desse TAC, ele nos deu um caminho a  
488 seguir, a ministra Izabella usou uma expressão muito feliz no dia da assinatura do  
489 TAC, ela disse o seguinte: esse acordo está sendo assinado para que ninguém se  
490 esqueça do desastre de Mariana, esse TAC tem uma previsão, a previsão é que  
491 ele dure 15 anos. Então, durante os próximos 15 anos, nós não poderemos nos  
492 esquecer do desastre de Mariana. Então, ele nos dá um caminho, como vocês  
493 viram ali, quando eu falei das ações do IBAMA, o número de notificações que nós  
494 já fizemos, certamente, a FEAM fez outro, um número idêntico, o IEMA fez outro  
495 número idêntico, as prefeituras fizeram outros, então é impossível você trabalhar  
496 na base da notificação, na base apenas de multa, e do comando e controle. Então,  
497 o acordo, ele nos dá essa luz. Então, ele envolve o Governo Federal, os estados,

498 a Samarco, Vale e BHP, e envolve também o comitê de bacias pela sua  
499 participação dentro do grupo de trabalho. Então, o porquê do acordo eu já falei um  
500 pouco, ele é a forma mais célere, ele é apenas o começo do processo, outras  
501 medidas podem ser adotadas, ele antecipa as intenções das obrigações pelas  
502 empresas, as empresas assumem o compromisso, então ainda que a Samarco  
503 venha a ter problemas financeiros, econômicos, a Vale e a BHP garantem o  
504 cumprimento do acordo, o cumprimento das obrigações financeiras do acordo. O  
505 acordo não obriga os atingidos a pactuarem com as empresas, aquele atingido  
506 que não concordar com os termos do acordo, ele pode ingressar com uma ação  
507 na justiça, e outra coisa, ele não fica excluído do acordo, ele pode receber a  
508 indenização que está prevista no acordo, e pode receber a compensação, e ele  
509 ainda pode continuar brigando na justiça, só quem não vai brigar na justiça por  
510 algo a mais, é o Governo Federal e os governos dos dois estados. Ele tem  
511 algumas premissas fundamentais, a primeira delas é a reparação integral das  
512 condições socioeconômicas e ambientais. Então, a principal acusação que houve,  
513 crítica que houve contra os governos por terem assinado o acordo, é que estava  
514 se estabelecendo um teto para a reparação dos danos, isso não é verdade, o  
515 acordo é claro, é explícito, o que existem são valores previstos, valores pisos, um  
516 valor mínimo de 4.1 bilhões para as ações compensatórias, as ações reparatórias  
517 serão executadas, e os investimentos serão definidos em função dos projetos  
518 aprovados por um Comitê Interfederativo, que é exclusivamente participação  
519 pública. Então, não existe esse teto, existe uma estimativa, nós temos uma  
520 estimativa de que as ações reparatórias e as ações compensatórias atingirão algo  
521 em torno de 20 bilhões de reais, mas é uma estimativa, qualquer um que já  
522 trabalhou com projeto sabe como é, você começa, você faz uma estimativa, pode  
523 ser mais, pode ser mais, pode ser menos, tem 4.1 bilhões para ações  
524 compensatórias, se a empresa conseguir com 16 bilhões fazer a reparação, ela  
525 terá, o acordo custará 20 bilhões, se ela gastar trinta, o acordo será de 34 bilhões,  
526 e se ela gastar 10, o acordo será de 14 bilhões, não sabemos, isso é uma crítica  
527 totalmente infundada de quem não tem conhecimento ou não deseja reconhecer o  
528 acordo como uma solução para o problema O conceito de atingidos, então,  
529 abrange os danos materiais, os imateriais, incluindo interferência sobre o modo de  
530 vida comunitários, inclui todos os atingidos, todo o tipo de atingido, não só pessoa  
531 física, pessoa jurídica, todos, garantia de ampla participação dos atingidos, nós  
532 vamos ter uma fundação de direito privado com mecanismos de transparência. A  
533 gestão, que foi falada pela ministra, será privada, nenhum recurso vai entrar no  
534 caixa dos estados ou do Governo Federal, o princípio da transparência e do  
535 controle social, e a preferência pela contratação e utilização de obra local e  
536 produtos locais. O que envolve o acordo? São dezessete programas  
537 socioambientais que são medidas, que foram consideradas pelo grupo de trabalho  
538 como medidas necessárias para reparar e compensar os danos ambientais  
539 decorrentes do evento. Então, o que nós fizemos dentro da discussão, dentro do  
540 Grupo de Trabalho e da negociação com as empresas? Nós elencamos oito  
541 objetivos estratégicos, gestão dos rejeitos e melhoria de qualidade de água,  
542 restauração florestal e produção e água, conservação da biodiversidade,

543 segurança hídrica, educação, comunicação e informação, preservação e  
544 segurança ambiental, gestão e uso sustentável da terra, e, por fim, o  
545 gerenciamento de um plano das ações. Então, temos aí os programas, são 17  
546 programas, então temos programa de manejo dos rejeitos, programa de  
547 implantação de sistema de contenção dos rejeitos, programa de recuperação  
548 ambiental, recuperação florestal das áreas diretamente atingidas, programas de  
549 recuperação de áreas de preservação permanente na bacia, que envolve 40 mil  
550 hectares de áreas de preservação permanente na bacia do Doce que serão  
551 recuperadas, mais a recuperação 5 mil nascentes, e mais a recuperação de 2.000  
552 hectares, que foram devastados pela passagem da onda de lama naquele trecho  
553 inicial do rio Gualaxo do Norte e Carmo, nas margens, o que dá cerca de 40 mil  
554 hectares de recuperação florestal na bacia. A bacia nunca viu, nunca sonhou com  
555 nada nem perto disso, não existe nenhum programa dessa dimensão em termos  
556 de regeneração florestal. Na parte de conservação de biodiversidade, os  
557 programas vão ser definidos em função dos estudos que serão feitos, conduzidos  
558 pelo ICMBio juntamente com os órgãos ambientais, para definir como reintroduzir  
559 a fauna, como reparar os danos causados, a construção de dois centros de  
560 triagem para apoio a fauna, temos um programa de coleta e tratamento de esgoto  
561 e destinação de resíduos sólidos, que foi o programa mais discutido, para o qual  
562 as empresas apresentaram maior resistência. Então, nós temos 500 milhões de  
563 reais, para fazer coleta, tratamento de esgoto e encerramento de lixões, nos 39  
564 municípios que ficam ao longo da calha do rio Doce, e esse valor está separado, é  
565 um valor que vai ser aplicado exclusivamente nisso. Programas de contingência  
566 para o sistema de abastecimento de água, toda a parte de programas de  
567 comunicação e educação ambiental, gestão de riscos ambientais e monitoramento  
568 do Rio Doce. Há um programa voltado a consolidação de unidades de  
569 conservação, e também de fomento a implantação do CAR, e dos projetos de  
570 recuperação ambiental na bacia do Doce, na linha do que foi pedido aí pela  
571 ministra, e, por fim, o gerenciamento, temos também 20 programas de cunho  
572 socioeconômicos, que vai desde o cadastro, indenização, a proteção a qualidade  
573 de vida das comunidades indígenas e das comunidades tradicionais, recuperação  
574 de escolas, recuperação da infraestrutura atingida, apoio ao turismo para  
575 revitalizar, programas para revitalizar a economia do Doce. Por fim, recursos, qual  
576 é a previsão? São dois bilhões que vão ser depositados para a formação do  
577 patrimônio da fundação privada que vai ser criada, serão dois bilhões no ano de  
578 2016, 1.2 bilhões em 2017 e 2018, de 2019 a 2021, e em diante, desculpe, o valor  
579 de referência é 1.2 bilhões, mais o valor a ser aprovado, de investimento anual  
580 aprovado pelo Comitê Interfederativo, vai ser um valor em função de quanto foi  
581 aplicado no ano anterior, se demandar mais, e dos projetos a serem implantados,  
582 se demandar mais recursos, será até trinta por cento mais que 1.2 bilhões, se  
583 aplicou-se menos e se tem dinheiro em caixa, pode ser até trinta por cento menos  
584 do que 1.2 bilhões, só para as medidas compensatórias, o valor mínimo são 240  
585 milhões anuais por 15 anos, 500 milhões para o saneamento, então 240 milhões  
586 anuais dá 3.6 bilhões, mais os 500 milhões para o saneamento, dá 4.1 bilhões, e  
587 1.1 bilhão para recuperação florestal e APPs. Só o último aqui, como que vai

588 funcionar a governança, tem um Comitê Interfederativo, que vai aprovar os  
589 projetos, as ações, os planos de investimento, ele tem 13 membros, quatro do  
590 Governo Federal, quatro dos estados de Minas e Espírito Santo, três  
591 representantes dos municípios atingidos e um representante do comitê de bacia  
592 hidrográfica, e têm um conselho consultivo com dezessete membros, que serão  
593 ouvidos pela Fundação na definição do que fazer, dos seus programas, das  
594 questões de recuperação ambiental e socioeconômicas do rio Doce. Então, são  
595 cinco indicados pelo comitê de bacia, dois indicados pela Comissão  
596 Interministerial para Recursos do Mar, cinco representantes, sendo um do  
597 Ministério Público Federal, um dos ministérios públicos estaduais, dois indicados  
598 pelo Conselho de Administração da Fundação, e um do Comitê Interfederativo, e  
599 cinco indicados pelas comunidades impactadas. No final, tudo isso vai ser gerido  
600 por uma Fundação de direito privado, que vai ser criada em 120 dias, pelas três  
601 empresas, o Comitê Interfederativo que fará essa interlocução permanente com a  
602 Fundação. E por fim, após três anos da assinatura do acordo haverá uma revisão  
603 geral dos programas, se eles estão atingindo seus objetos, se não estão, se  
604 precisam ser reformulados, se precisam ser acrescentados outros programas ou  
605 alguns deixados de ser executados. E a execução será o tempo inteiro  
606 acompanhada por uma auditoria independente, essa auditoria tem que ser  
607 contratada entre as maiores auditorias do mundo, que vai fazer a avaliação, se  
608 efetivamente aqueles recursos foram investidos, se aquele custo está correto, e  
609 também os resultados para o meio ambiente, para a economia e para a reparação  
610 social dos atingidos. Então, enfim, essa é água estrutura do acordo. Obrigada.  
611 *(Palmas!)*.

612

613

614 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
615 Marilene, pela gentileza em fazer essa apresentação tão completa, dando  
616 segmento as palavras de abertura da senhora ministra. Vamos seguir a nossa  
617 pauta, por gentileza, eu vou pedir a Ana Dolabella, que faça, por favor, a  
618 apresentação dos novos conselheiros.

619

620

621 **A SR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (Diretora do DCONAMA)** –  
622 Bom dia a todos. Vou fazer o chamamento, e se tiverem presentes, por favor, que  
623 levantem. Então Casa Militar da Presidência da República, Daiane Bittencourt  
624 Mendes Santos, bem-vinda, Hericia Sandoval Camargo Hida, Eliana Filomena  
625 Barbosa Nicolini, também não. Ministério da Cultura, Marina Duque Coutinho de  
626 Abreu Lacerda, também não veio. MDA, Pedro Bruzzi Lion. MDIC, Andrey Aurélio  
627 de Souza Corrêa, também não. Ministério da Educação, Cristiano César de  
628 Oliveira Passos, também não. Ministério dos Transportes, Fernanda de Sousa  
629 Barbosa, bem-vinda. Secretaria de Portos, Rafaela Dias Pires, também não está.  
630 Sérgio Luis Siebra Moreira, bem-vindo. Bruna Marques Araújo Fernandes, não  
631 veio. Governo do Rio de Janeiro, Marcos de Almeida Lima, José Maria de  
632 Mesquita Júnior, que não veio, suplente. FNP, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior,

633 também não. CNC, Paulo César Nauiack, também não. Marco Aurélio Sprovieri,  
634 bem-vindo, e José Almeida Queiroz. E CNTC, José Ribamar Rodrigues Filho,  
635 bem-vindo, Luiz de Sousa Arraes, bem-vindo. Instituto Guaicuy, José de Castro  
636 Procópio, bem-vindo. E, aí, terminamos.

637

638

639 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
640 obrigado e uma saudação de boas-vindas aos nossos novos conselheiros. Dando  
641 segmento, então, a aprovação da transcrição da 120ª Reunião Ordinária, por  
642 gentileza. Alguma colocação, alguma dúvida? Então, estou entendendo que está  
643 aprovada a transcrição da reunião anterior, muito obrigado. Temos quatro inscritos  
644 para a Tribuna Livre, vou chamar pela ordem, Manara da Sodemap.

645

646

647 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Bom dia. Trago aqui a  
648 pedido de um grupo de entidades e associações do litoral norte do estado de São  
649 Paulo, uma discussão sobre a Câmara Federal de Compensação Ambiental. A  
650 região, como todos sabem, acolheu nos últimos dez anos grandes investimentos,  
651 em especial a bacia de prospecção de petróleo do Campo de Mexilhão, e nesses  
652 últimos anos, a sociedade civil não tem tido retorno sobre as demandas geradas  
653 junto à Câmara de Compensação Ambiental. Então, o pedido é para que tenha  
654 aqui uma apresentação no CONAMA do balanço desses valores, e tomada de  
655 decisão desses recursos aplicados. Esse pedido será formalizado devidamente e  
656 caminhado pelas entidades para apreciação da Secretaria-Executiva. Outro  
657 assunto, no dia 08 de março agora, no Ministério Público Federal, o Ministério  
658 Público do Estado de São Paulo e o PROAM organizaram uma contundente,  
659 proveitosa, rica audiência pública sobre as propostas de operação do regime de  
660 licenciamento ambiental no País, foram apreciados o PL 3729, o PL 654 de 2015,  
661 e também a minuta protocolada aqui nessa casa pela ABEMA, propondo  
662 alterações na Resolução CONAMA 01 de 86. Como um resumo geral, as  
663 discussões demonstraram uma preocupação muito grande com aspectos de  
664 inconstitucionalidade de alguns dos pontos dessas propostas, e também dos  
665 retrocessos que vão promover no licenciamento ambiental do Brasil. Para resumir  
666 numa só expressão, eu vou emprestar do Dr. Paulo Afonso Lemos Machado,  
667 aquilo que ele observou na audiência pública: "que aquelas alterações  
668 representavam um atrevimento contra o direito constitucionalista". Então, a  
669 audiência pública como resultado demonstrou que nós temos um grande debate  
670 pela frente, a nossa preocupação é do regime de atropelamento em que isso está  
671 se propondo no calendário aqui do GT, aqui no CONAMA, e que de forma alguma,  
672 ele resultará na suficiência da oportunidade de discussão ampla com a sociedade  
673 civil e com os interesses da sociedade na forma como está proposta, um  
674 documento bastante esclarecedor sobre as preocupações e sobre as críticas  
675 desses projetos e da minuta proposta no CONAMA, pode ser lida na carta aberta  
676 do coletivo que está disponível no site do PROAM, recomendo a todos lerem e  
677 divulgarem em razão da importância desse tema e da, repito, preocupante agenda

678 imposta aqui no CONAMA para apreciação da minuta da ABEMA. Por fim, eu  
679 gostaria só de entrar um pouco nesse tema agora apresentado pela senhora  
680 presidente do IBAMA, e chegamos a discutir ontem isso na reunião preparatória,  
681 que esse desastre de Mariana, ele merece, já é tempo de ele merecer uma  
682 discussão completa e mais profunda aqui no CONAMA. O tema enseja uma  
683 Reunião Extraordinária, com pauta única, para que todos os atores possam  
684 colocar esses acordos, o andamento desses trabalhos, não de forma pontual, de  
685 forma cinco minutos, dez minutos a cada plenária, precisa de uma organização e  
686 do interesse de ser posicionado numa Reunião Extraordinária. Obrigado.

687

688

689 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
690 obrigado. O próximo aqui na nossa lista, Francisco Soares, FURPA.

691

692

693 **O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos. Antes de tudo, desejar  
694 ao novo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink, boas-  
695 vindas e sucesso na nova missão. Vou voltar a bater na mesma tecla que já bato a  
696 quase dois anos, a mais de dois anos que apresentamos moções defendemos  
697 uma ampla reforma na política ambiental do País, passando pelo aprimoramento  
698 da legislação ambiental, principalmente da Lei de Recursos Hídricos e de  
699 Florestas. A modernização também do CONAMA, com atualização do Regimento  
700 Interno, principalmente na sua composição, com a inclusão de novos atores,  
701 dentre eles um representante dos atingidos por barragens, não é que tenha  
702 ocorrido o caso de Mariana, mas existem outras barragens no País que muitas  
703 pessoas foram atingidas, nunca foram indenizados, inclusive agricultores  
704 familiares perderam terras, e nunca foram realocados em terra nenhuma. E, um  
705 representante, no caso de Mariana. A outra proposta que defendemos, que  
706 lamentavelmente a Secretaria do CONAMA, com a burocracia do DCONAMA, não  
707 encaminhou nem para a Secretaria-Executiva, e nem tão pouco para o plenário, a  
708 fusão dos dois conselhos, do Conselho do Meio Ambiente e dos Recursos  
709 Hídricos, em um único conselho, transformando-se em conselho do meio ambiente  
710 e dos recursos hídricos, vai fortalecer a política de recursos hídricos, não dá,  
711 secretário, para se separar a água da floresta e nem a floresta da água, sem água  
712 não existe floresta e sem floresta não existe água. Conclusão: as mudanças das  
713 leis ambientais em nível de governo podem ser muito boas para ser trabalhadas  
714 pela jurídica do MMA, e da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e eu pergunto:  
715 para que serve a Assessoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, que não  
716 seja para discutir e aprimorar a legislação que se encontra? A União dos dois  
717 Conselhos, de Meio Ambiente e Recursos Hídricos vai fortalecer a Política  
718 Nacional de Recursos Hídricos do MMA, do Governo Federal, e a Secretaria de  
719 Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente vai ter trabalho, uma vez que a  
720 mesma se encontra sem finalidade e missões a cumprir, pela sua forma dentro do  
721 da Política de Recursos Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, nós teríamos  
722 também naquela composição do Regimento Interno do CONAMA um

723 representante dos comitês de bacia, já que o próprio CONAMA no passado era  
724 Conselho do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, muitos dos companheiros  
725 que aqui estão, sabem muito bem que tinha uma câmara técnica de recursos  
726 hídricos e saneamento, agora que nós tínhamos o plano nacional de saneamento  
727 básico e a política de recursos hídricos do Governo Federal, do Ministério do Meio  
728 Ambiente, nós poderíamos trazer para dentro do CONAMA e dentro da Secretaria,  
729 a política, uma vez que ANA até agora não conseguiu atingir os objetivos, não tem  
730 capilaridade e nem representação dos estados. Secretário, nós precisamos é sair  
731 da inércia, nós precisamos fortalecer a política de meio ambiente do País,  
732 mudando a legislação, e envolvendo a jurídica e a própria Secretaria de Recursos  
733 Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, encontra-se sem missão, uma vez que o  
734 aparecimento da ANA, a ANA ficou só na outorga, e não conseguiu levar, nem  
735 funcionar, nem implantar os comitês de bacias hidrográficas de todas as regiões  
736 do País. Muito obrigado.

737

738

739 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
740 obrigado, Francisco. Na sequência, Tadeu Santos, Sócios da Natureza.

741

742

743 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Bom dia a todos. A nossa  
744 participação na Tribuna Livre vai ser direcionado ao registro de um documento que  
745 nós protocolamos hoje pela manhã, esse registro é um relato da participação das  
746 entidades ambientalistas no GT, que foi criado pela Câmara Técnica de Controle  
747 Ambiental, onde houveram quatro reuniões, e onde nós tentamos, além de fazer  
748 um relato, tentar mostrar o nosso posicionamento perante o desdobramento  
749 dessas discussões, nós estamos preocupados porque o licenciamento é a linha  
750 tênue entre a degradação e a conservação. Se não houver nessa discussão  
751 atualização da 001 e da 237, se não houver na construção dessa nova minuta e  
752 junto, até o final, porque o processo não encerrou, seriedade e idoneidade na  
753 prática do processo de licenciamento e fiscalização, nesse País haverão, todos os  
754 dias, desastres como o de Mariana, basta somar todos os impactos ambientais  
755 que acontecem nesse momento em todo o território nacional. O caso de Mariana  
756 não é único, existe, eu sou da região sul de Santa Catarina, onde existe a  
757 mineração de carvão, e lá a desgraça ambiental já faz mais de 30 anos, têm TAC  
758 que não funciona, tem licenciamento de Barra Grande entre Santa Catarina e Rio  
759 Grande do Sul, que houve um erro no licenciamento, quer dizer, existem vários  
760 erros por falta de seriedade e idoneidade dos órgãos, por às vezes, insistência e  
761 manipulação dos interessados no licenciamento, e pela impossibilidade do  
762 controle social por parte da sociedade civil que é afetada, esse documento está  
763 propondo essa reflexão. Era isso.

764

765

766 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
767 obrigado, Dr. Tadeu. Na sequência Lisiane Becker, Mira-Serra.

768

769

770 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (ONG Mira-Serra)** – Bom dia. A minha fala é breve,  
771 resultado inclusive das informações da ministra, em relação ao Brasil como  
772 referência na biodiversidade, e a fala anterior dos colegas, sobre a tramitação,  
773 digamos, da atualização do licenciamento ambiental, eu vim aqui novamente  
774 trazer dois pedidos, que reiteradamente estou fazendo a esse plenário, que são  
775 dois instrumentos de gestão, justamente para o licenciamento ambiental, e  
776 justamente para a proteção e conservação da biodiversidade no País inteiro, mais  
777 especificamente para a Mata Atlântica. Muitos dos senhores e senhoras, já me  
778 viram aqui pedindo tanto para o Ministério, como para todos os atores envolvidos,  
779 sobre a implementação do fundo de restauração do bioma Mata Atlântica, que  
780 desde 2006, quando da Lei específica e do seu Decreto regulamentador não foi  
781 implementado, com isso perde-se planos ambientais e municipais, que também  
782 são outros instrumentos de gestão territorial muito específicos para a proteção da  
783 biodiversidade e também da sustentabilidade das comunidades, e o segundo  
784 instrumento de gestão ambiental, que vem ao encontro do que foi falado  
785 anteriormente, diz respeito aos mapas dos biomas, também em relação a Mata  
786 Atlântica, nós temos o mapa IBGE 2006/2008, relativo à legislação, e nós temos o  
787 mapa dos biomas de 2004, ambos do IBGE, mas que muito prejudica em alguns  
788 estados, principalmente no Rio Grande do Sul, em que o mapa do IBGE corta o  
789 Rio Grande do Sul, metade norte como Mata Atlântica e metade Sul como Pampa,  
790 isso não corresponde a aplicação da Lei da Mata Atlântica, assim ocorre em  
791 outros estados, isso é um prejuízo muito grande para o bioma, uma vez que para  
792 a Mata Atlântica existe a legislação específica, e o bioma pampa não. Então,  
793 municípios que pelos mapas do bioma de 2004 se configura como pampa, eles  
794 não se obrigam a seguir a legislação da Mata Atlântica, porque vão constar  
795 primeiro mapas dos biomas, que, inclusive por essa casa, e já trouxe vários  
796 documentos aqui, até mesmo o Ministério do Meio Ambiente produz material de  
797 divulgação com esse erro. Então, deixar bem claro, novamente, que nós não  
798 podemos aceitar isso, dez anos depois da Lei, que o próprio Ministério continue  
799 produzindo e divulgando o mapa dos biomas sem considerar a Mata Atlântica. Era  
800 isso. Obrigada.

801

802

803 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
804 obrigado, Lisiane. Queria convidar o secretário Stroski da ABEMA, por gentileza.

805

806

807 **O SR. ANTONIO ADEMIR STROSKI (Vice-presidente da ABEMA)** – Bom dia a  
808 todos. Aqui estou representando a ABEMA, eu sou porta-voz da informação do  
809 presidente Eugênio Spengler, é a respeito do GT, que foi instituído pela Câmara  
810 Técnica de Controle Ambiental do CONAMA, então a Câmara, o GT encerrou  
811 seus trabalhos, foram quatro reuniões realizadas, e a última foi nos dias 10 e 11  
812 de março, e foi tirado como o encaminhamento que o GT está previsto ainda a

813 realização de consultas regionais, de acordo com o calendário que vai ser definido  
814 pela Câmara Técnica, então nós viemos aqui manifestar, a ABEMA não é  
815 contrária a essa prorrogação, mas é preciso, então, que a Câmara se manifeste, e  
816 aproveitar, secretário Klink, para nós, aí, um pedido particular do próprio estado da  
817 Amazonas, a nossa regulamentação também da ABEMA, nossa regulamentação  
818 do ZEE, que estamos precisando desse instrumento também. Ok?

819

820

821 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
822 obrigado, Antônio. Na sequência, Sr. Boisbaudran, da SNE.

823

824

825 **O SR. BOISBAUDRAN IMPERIANO (SNE)** – Bom dia a todos. Saudar  
826 inicialmente ao secretário, pela sua recente posse. E trazer a preocupação da  
827 sociedade civil, em relação aos desdobramentos do GT relativo a revisão das  
828 resoluções relativas ao licenciamento ambiental e, notadamente, cobrar uma  
829 celeridade na pauta para as audiências públicas que foram acordadas lá no GT, e  
830 visando uma maior participação da sociedade civil. Então, essa é uma  
831 preocupação muito séria, todos aqui sabem da importância do licenciamento  
832 ambiental para o estabelecimento do SISNAMA e da política ambiental brasileira,  
833 e a sociedade civil, a qual eu estou representando aqui, algumas entidades do  
834 Nordeste, tem uma preocupação muito grande, que possa haver certo retrocesso  
835 nos avanços já conquistados pela sociedade civil. Então, eu gostaria que ficasse  
836 registrado o nosso apelo para que aja certa celeridade, uma definição para a  
837 realização das audiências públicas. Muito obrigado.

838

839

840 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
841 obrigado. E, por fim, o Dr. Monsã da ADEMASP.

842

843

844 **O SR. JOÃO BATISTA MONSÃ (ADEMASP)** – Bom dia a todos. Eu queria  
845 manifestar, com surpresa, mas satisfeito com a exposição da presidente do  
846 IBAMA, que mostrou um detalhamento de um trabalho muito importante, que é  
847 destacar a preocupação. Agora, faltou dizer para nós o prazo, o prazo que se  
848 pretende tomar essas medidas, começando pelo órgão que será encarregado de  
849 executar todo o processo de recuperação. E outra coisa também, saber se os  
850 estados envolvidos, principalmente Minas Gerais, eu sou mineiro, e também o  
851 estado do Espírito Santo, ali não foi falado, e eu quero chamar a atenção, que há  
852 uma preocupação muito grande com referência aos bancos de coral que existe no  
853 Sul do estado, e que eu tenho notícias que há um risco eminente dessa lama,  
854 essa coisa horrível lá chegar nesse banco de corais. E, eu quero registrar que é o  
855 único repositório, é o único berço de biodiversidade marinha no litoral brasileiro.  
856 Então, é importante que essas providências faladas sejam implementadas, e com

857 urgência, e nós precisamos acompanhar no CONAMA esses prazos e essa  
858 urgências. Obrigado.

859

860 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
861 Monsã. E só para efeito de esclarecimento, a Dra. Marilene deixou claro que a  
862 criação do fundo etc., do comitê, tem 120 dias para acontecer, e todos os planos e  
863 projetos têm que estar prontos até dezembro de 2017. O Dr. Tadeu pediu mais 30  
864 segundos, só para fazer um complemento na fala dele.

865

866

867 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Esqueci-me de pedir que  
868 esses documentos das entidades ambientalistas conste em ata dessa reunião.

869

870

871 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
872 obrigado. Encerramos agora essa fase da Tribuna Livre. Em termos de  
873 encaminhamento... Perdão. Por favor, que seja breve.

874

875

876 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (Anamma)** – Bom dia a todos e a todas,  
877 cumprimentar o secretário Carlos Klink, desejando uma boa gestão. Em breves  
878 palavras, só dizer do apoio da ANAMMA a manifestação aqui da ABEMA e da  
879 sociedade civil, para que nós, no âmbito da Câmara Técnica, possamos proceder  
880 aí as audiências públicas, as consultas públicas relativas ao debate do GT de  
881 licenciamento e, também, colocar a ANANMA à disposição para essa discussão,  
882 nós temos participado ativamente do GT, tivemos com o secretário Carlos Klink, e  
883 estamos também numa parceria ANAMMA e Ministério, Frente Nacional de  
884 Prefeitos, O fórum das 27 capitais brasileiras CB27 e ABEMA, organizando uma  
885 série de seminários para o fortalecimento do SISNAMA, particularmente as  
886 questões de licenciamento do SISNAMA, para que possa haver o fortalecimento  
887 dos órgãos municipais de meio ambiente. Obrigado pela oportunidade.

888

889

890 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado.  
891 Só para efeito de esclarecimento, encerrando as inscrições das falas da Tribuna  
892 Livre, só eu acho que cabe o registro de que todo o trabalho desse CONAMA, ele  
893 segue o Regimento, isso é bastante claro, eu acho que uma característica que  
894 marca o CONAMA é estritamente seguir o seu Regimento, como foi levantamento  
895 várias vezes a questão do GT do licenciamento, ele foi criado pela Câmara  
896 Técnica, deliberou com a maioria dos seus membros, a forma, conteúdo,  
897 cronograma, constituição do grupo, e assim sucessivamente, inclusive o GT, como  
898 foi colocado pelo colega da ABEMA, o GT não finalizou ainda o trabalho, que será  
899 levado novamente à Câmara Técnica, o relatório do grupo, e os segmentos que  
900 virão a partir daí, ou seja, a atribuição da própria Câmara Técnica. Eu vou dar  
901 sequência, então, à nossa pauta, os encaminhamentos da Secretaria-Executiva,

902 nós temos uma fala breve do Dr. Mauro Almeida, que é da nossa consultoria  
903 jurídica do Ministério Meio Ambiente, que vai tratar do tema: revisão das  
904 resoluções do CONAMA desatualizadas. Por gentileza, Mauro.

905

906

907 **O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O DE ALMEIDA (Consultor Jurídico do MMA) –**

908 Bom dia a todos, entre os anos de 2014 e 2015, a Consultoria Jurídica do  
909 Ministério do Meio Ambiente se propôs a fazer uma revisão de todas as  
910 resoluções que pudessem ser passíveis de revisão depois da edição da Lei  
911 Complementar 140 e do Código Florestal, da Lei 12.651. Então dessa análise  
912 resultou em algo em torno de 45 resoluções que precisam ser revisadas à luz da  
913 nova legislação ambiental. Então, a ideia agora é que nós façamos um esforço do  
914 plenário do CONAMA para que nós mantenhamos essas resoluções atualizadas,  
915 do ponto de vista do fundamento das resoluções. Então, a proposta que está  
916 saindo da consultoria jurídica junto com o gabinete da ministra, que pudesse fazer  
917 uma proposta de criação de um grupo assessor pelo plenário do CONAMA, esse  
918 grupo assessor, que a princípio ainda seria composto pelos integrantes da  
919 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, já que se trata de uma resolução jurídica,  
920 algumas resoluções são bem simples de se revizar, nós vamos mudar  
921 basicamente a sua fundamentação, o seu preâmbulo de fundamento, em vez da  
922 Lei 4.771, nós vamos fundamentar agora pela Lei 12.651, pela Lei Complementar  
923 140 também, e outras é preciso ajustar coisas que já foram legalizadas pelo  
924 Código Florestal, coisas que saíram, então, do âmbito do CONAMA, e algumas  
925 podem ser fundidas pela pertinência da matéria, e coisas assim. Então, dessa  
926 forma vai crescer de importância, a participação da Câmara Técnica de Assuntos  
927 Jurídicos, nós somos dez membros, mas todos nós temos suplentes, como é um  
928 trabalho de fôlego, nós vamos precisar dos titulares e suplentes, talvez dividir as  
929 tarefas, para que possamos vencer esse trabalho, que eu reputo como um dos  
930 mais importantes do CONAMA depois da edição dessas duas leis. Desde, que,  
931 sobretudo, saiu o Código Florestal, particularmente a Consultoria Jurídica vem  
932 defendendo que nós fizéssemos essas revisões, nós temos que deixar o  
933 CONAMA atualizado, para que nós não soframos interferência daqueles que têm  
934 interesse em enfraquecer o CONAMA, e, normalmente o discurso daqueles que  
935 querem enfraquecer o CONAMA é da insegurança jurídica, portanto, se  
936 mantivermos as resoluções do CONAMA atualizadas com o fundamento legal  
937 adequado, nós damos a oportunidade do CONAMA se fortalecer  
938 institucionalmente perante a sociedade. Então era mais um informe de que está  
939 havendo essa proposta, aliás, não sei se o Bruno do FBCN está aqui, mas  
940 também o Bruno advogava, sem redundância, dentro da Câmara Técnica de  
941 Assuntos Jurídicos, que criássemos grupo de trabalho dentro da Câmara Técnica  
942 de Assuntos Jurídicos, para fazer as revisões, mas mesmo assim a Consultoria  
943 Jurídica já vinha fazendo isso, e agora chegou a hora de colocarmos isso em  
944 prática, e queremos o apoio do plenário do CONAMA para que façamos essas  
945 revisões o mais rápido possível. A ideia também é que a partir dos relatórios que o  
946 grupo assessor vai entregando, que tenhamos um pacto no plenário do CONAMA,

947 de que nós colocaremos essas resoluções em regime de urgência, para que  
948 consigamos fazer então essa revisão o mais rapidamente possível. Era isso,  
949 agradecendo o espaço a mim dedicado, e bom dia a todos.

950

951

952 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
953 obrigado, Mauro. Eu gostaria de colocar à plenária a proposta da criação desse  
954 grupo assessor desse tema tão importante. Não havendo objeção ou  
955 manifestação, considero aprovada a proposta de criação do grupo. Correto? A  
956 coordenação será, então, do próprio Ministério do Meio Ambiente. Perfeito. Muito  
957 obrigado. Só peço a paciência de alguns minutos, que vamos passar agora para a  
958 parte deliberativa, estamos fazendo agora uma última verificação, pode me dar um  
959 ou dois minutos, por gentileza. Estamos só aguardando a chegada de quem vai  
960 relatar a próxima matéria, por gentileza. Deusdará, vamos começar a fazer o  
961 histórico da matéria, pode ser? Se for o caso, nós interrompemos para o almoço,  
962 fazemos um almoço mais curto e voltamos um pouquinho mais cedo. Preparativos  
963 finais. Vamos dar sequência, então, eu vou convidar, trata-se da proposta de  
964 resolução CONAMA, que altera a Resolução nº 411/2009, sobre a inspeção de  
965 indústrias madeireiras, madeira nativa. Eu vou, primeiramente, solicitar que o Dr.  
966 Raimundo Deusdará, do Serviço Florestal Brasileiro, faça uma exposição do  
967 histórico dessa Resolução. Você vai usar a apresentação? Muito obrigado.

968

969

970 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Serviço Florestal Brasileiro)** – Bom dia,  
971 senhores e senhoras. Meu nome é Raimundo Deusdará Filho, sou presidente da  
972 Câmara Técnica de Florestas e Demais Formações Vegetacionais, nós tivemos  
973 uma mudança da Resolução 411, essa Resolução foi aprovada pelo CIPAM no dia  
974 1º de outubro de 2015, foi submetida à primeira Reunião Extraordinária da  
975 Câmara Técnica de Florestas e Demais Formações Vegetacionais no dia 08 de  
976 outubro, e foi aprovada com emendas, na 4ª Reunião Extraordinária da Comissão  
977 Técnica de Assuntos Jurídicos, no dia 04, ela foi aprovada. Na última reunião  
978 ordinária, no dia 11 de novembro de 2015, houve um pedido de vistas dos  
979 representantes do setor florestal, do setor empresarial, da Confederação Nacional  
980 das Indústrias, do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente. Como houve pedidos  
981 de vistas, foram realizadas quatro reuniões dos pareceristas, uma em 16 de  
982 dezembro de 2015, outra no dia 18 de fevereiro de 2015, outra no dia 08 de março  
983 de 2016, e outra no dia 14 de março de 2016. A rigor, nós estamos agora fazendo  
984 últimos ajustes numa emenda que será apresentada em plenário, nós temos um  
985 texto a ser submetido, e teremos um texto de emenda que consensuamos com as  
986 partes interessadas, eu só queria fazer dois registros antes de convidar o meu  
987 colega Paulo Fontes, essa proposta foi uma proposta do Serviço Florestal  
988 Brasileiro e do IBAMA, conjunta, eu diria aos senhores e senhoras, que esse  
989 momento de reavaliação dessa Resolução é um momento histórico, é um marco  
990 histórico no CONAMA, essa Resolução é extremamente importante para o setor  
991 madeireiro, e quero deixar claro para os colegas das indústrias madeireiras, que

992 sem florestas, o Serviço Florestal Brasileiro não faz sentido existir, sem floresta a  
993 Diretoria de Floresta do IBAMA não faz sentido existir. Então, não é uma  
994 Resolução contra o setor florestal madeireiro de nativas, é uma Resolução que vai  
995 sanear uma série de problemas que precisa ser saneado, é uma Resolução que  
996 vai premiar os eficientes, as serrarias eficientes, ela não atinge, já deixo claro para  
997 o pessoal do setor de plantadas, as florestas exóticas plantadas, ela vai ter uma  
998 contribuição, e eu peço a atenção dos senhores, de novo, da importância dessa  
999 Resolução, ela vai ser um instrumento importantíssimo de combate ao  
1000 desmatamento ilegal e ao mercado pirata de papéis que acobertam madeiras  
1001 ilegais. Então, é importante ter esse registro do ponto de vista inicial, de que esse  
1002 momento não é um momento de confronto, é um momento de criar uma situação  
1003 de melhor condução para a fiscalização do IBAMA, para o desenvolvimento do  
1004 Setor Florestal Sustentável, especialmente que as concessões florestais  
1005 administradas por nós, hoje estão sendo impactadas por esse mercado virtual de  
1006 madeira, que está levando a um processo de competição, agudizando um  
1007 processo de competição desigual. Então, nós vamos passar a palavra para o  
1008 Paulo Fontes, nós vamos fazer uma breve apresentação fundamentada em  
1009 estudos, fundamentadas na realidade de campo, porque esse parâmetro que é um  
1010 parâmetro que gerou um certo conflito, ele foi aferido dentro das concessões  
1011 florestais, são parâmetros avaliados diariamente, toda e qualquer madeira que  
1012 saia da concessão tem uma rastreabilidade diária, desde o toco ao beneficiamento  
1013 dessa tora. O colega de Rondônia, o secretário Vilson Machado, sabe disso, que  
1014 acompanha o nosso sistema de rastreabilidade, então, a ideia agora, senhor  
1015 secretário, é que eu passasse a palavra para o IBAMA para que fizesse uma  
1016 apresentação técnica, rápida, dos pontos mais importantes da resolução, quais  
1017 são as alterações que nós estamos propondo, que são alterações, de novo  
1018 ênfase, para o bem do desenvolvimento florestal sustentável, para o bem de  
1019 valorização da floresta em pé e para o combate ao desmatamento ilegal. Muito  
1020 obrigado, eu pediria ao meu colega Paulo Fontes, que é o diretor de Uso  
1021 Sustentável de Biodiversidade e Floresta do IBAMA, para fazer a apresentação, e  
1022 a partir daí nós estamos à disposição para qualquer esclarecimentos que forem  
1023 necessários. Muito obrigado.

1024

1025

1026 **O SR. PAULO FONTES (Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e**  
1027 **Floresta do IBAMA) –** Obrigado. Bom dia a todos e todas. O Deusdará já colocou  
1028 qual é a importância, e eu acredito da necessidade dessas alterações, que estão  
1029 sendo propostas, enquanto coloca ali a apresentação, eu queria já de imediato  
1030 dizer uma coisa que eu acho muito importante, desde essa Resolução CONAMA,  
1031 a ajuda que essa Resolução trouxe para os sistemas de controle, tanto do IBAMA,  
1032 quanto dos estados, em termos de padronização dos índices, dos valores, ela foi  
1033 fundamental, e tem ajudado muito, eu acho que a proposta que se tem de alterar  
1034 algumas coisas é no sentido de adequar essa Resolução a algumas situações que  
1035 têm acontecido. Então, é mais no sentido de atualizar e calibrar, vamos assim  
1036 dizer, os controles que eles são dinâmicos, que eles vêm acontecendo. Num

1037 primeiro momento de avaliação da Resolução CONAMA, foi feita uma proposta, o  
1038 setor nos procurou, porque já havia uma instrução normativa do IBAMA, mais  
1039 atualizada do que a Resolução CONAMA, e que dentro dessa IN do IBAMA, as  
1040 coisas já estavam ajustadas em termos de alguns valores, de alguns padrões, e a  
1041 Resolução CONAMA ainda não tinha essa atualização, então foi feita uma série  
1042 de discussões, passou na Câmara Técnica de Florestas, passou na Câmara de  
1043 Assuntos Jurídicos, dentro do CONAMA, e isso foi acordado, isso foi apresentado  
1044 na reunião anterior. Então é só para dizer para vocês, que houve um ganho muito  
1045 grande de adaptação, de adequação, feito isso, nós, naquele momento,  
1046 entendendo da necessidade de se fazer essa atualização, havia um ponto  
1047 específico que era uma alteração de um coeficiente de variação, que se chama de  
1048 coeficiente de rendimento volumétrico, CRV, que ele estava, no nosso  
1049 entendimento, e depois nós fomos a fundo pesquisar e olhar, calibrado dentro do  
1050 sistema de controle, num valor considerado alto, lá em cima, enquanto a realidade  
1051 de campo, mostrou-se que esse índice não deveria, ele deveria estar um índice  
1052 mais abaixo, porque seria um índice mais próximo da realidade. Então, só para  
1053 mostrar para vocês, isso é um breve resumo do que aconteceu até a plenária do  
1054 dia 11, dos avanços que nós já tínhamos acordado e colocado nessa atualização,  
1055 que foram a diferenciação de alguns resíduos, os coeficientes de conversão, no  
1056 caso daquilo que eu estou falando, não da emenda agora, as alterações propostas  
1057 junto na discussão de adequação, tantos nas medidas e dos ajustes necessários  
1058 aos limites, estava havendo um problema muito de transporte de cargas, quando  
1059 não se tinha as mesmas normas e as mesmas diretrizes, quando sai a carga de  
1060 um estado para outro, isso foi ajustado nesse primeiro momento. Só para vocês  
1061 terem uma ideia, isso foi o que foi acordado e ajustado, aquelas alterações em  
1062 vermelho ali, que têm sido propostas dentro das dimensões de ajustamento da  
1063 madeira cerrada. Bom, a partir dessa reunião da Plenária foram apresentados,  
1064 então, duas emendas, quando se apresentou, uma emenda, feita pelo próprio  
1065 Ministério do Meio Ambiente, de adequação, já que estávamos tratando do  
1066 glossário e do conceito de alguns termos, houve a contribuição então do próprio  
1067 Ministério do Meio Ambiente, no sentido de rever o conceito que estava ali com  
1068 relação à questão de resíduos, então isso foi incorporado, a nossa colega Zilda  
1069 que, inclusive propôs, trabalhou nessa emenda conosco, e está colocado dentro  
1070 da emenda hoje. E a outra emenda que foi apresentada, que era justamente essa  
1071 emenda do coeficiente, alterando um de 45 para 35. Porque dessa alteração?  
1072 Feito isso, só fazer um parêntese aqui agora, quando se apresentou essa  
1073 emenda, então houve, muitos dos senhores que estavam aqui na última reunião,  
1074 participaram e viram, houve pedidos de vistas, do setor, da CNI, do próprio IBAMA  
1075 e do próprio Ministério, para atender, então, e levar isso para uma análise com os  
1076 pareceristas, para que se chegasse a um consenso, porque isso geraria uma  
1077 transformação rígida junto ao setor de adaptação, e a proposta foi que o setor  
1078 queria discutir uma regra de transição. Como que se chegaria, então, para poder  
1079 se adaptar, ao haver essa mudança de 45 para 35. E, nós vamos falar disso  
1080 rapidinho. Então, só dizendo o que nós estamos falando para aqueles que ainda  
1081 não conseguiram entender claramente, porque o assunto é um pouquinho

1082 complexo mesmo, é um pouquinho confuso mesmo para quem não é da área, nós  
1083 estamos falando de pegar uma tora e transformar essa tora no seu primeiro  
1084 desdobro, num índice de madeira cerrada, que nós estamos chamando de CRV,  
1085 que é o coeficiente de rendimento volumétrico, é isso que chamamos de 45%, que  
1086 está hoje na Normativa, na Resolução do CONAMA, na 411, ou seja, é  
1087 estabelecido ali esse valor de 45, como um valor médio. O que isso representa na  
1088 verdade? Porque nós estamos propondo essa redução? Porque nós estamos  
1089 falando de 45 para 35, praticamente três pontos básicos, na maioria das  
1090 indústrias, esse rendimento, ele não é alcançado no nível de 45%, os estudos  
1091 mostram, e mais recentemente os trabalhos feitos com a concessão florestal, que  
1092 tem sido um grande laboratório de campo para nós hoje, porque não são estudos,  
1093 são dados diários que são coletados ali pelo sistema de acompanhamento, de  
1094 rastreamento que hoje a concessão tem, tem demonstrado que as indústrias  
1095 conseguem chegar nessa faixa dos 35, e isso é o padrão, isso é o normal, claro  
1096 que têm indústrias que conseguem um rendimento maior, mas é uma minoria,  
1097 dada a situação de uso de tecnologia, de espécies, de capacitação, há uma série  
1098 de variáveis, que tem na verdade impactos sobre esse rendimento. Então, esse é  
1099 um primeiro motivo, e nós levantamos vários estudos demonstrando isso. O  
1100 segundo ponto importante, a convenção desse excedente que gera, ele gera um  
1101 impacto de crédito dentro do sistema de controle muito grande, que é uma porta  
1102 aberta na verdade, para que esse crédito possa, nós chamamos de acobertar  
1103 madeira sem o lastro físico, ou seja, a madeira, na verdade, não existe, é um  
1104 pouco virtual, já que você não está tendo aquele rendimento, você continua tendo  
1105 aquele crédito, porque você está declarando que você está atingindo aquele índice  
1106 lá não em cima, quando você não está. E o terceiro ponto: é que esses créditos  
1107 excedentes nos sistemas, eles têm um impacto extremamente grande, nós vamos  
1108 demonstrar isso rapidamente para vocês, no sentido de trazer isso a toda uma  
1109 ilegalidade de madeira, que está sendo hoje, de uma certa forma, legalizada  
1110 dentro desse sistema, se não fizermos esse ajuste. Então, esses foram os estudos  
1111 que nós levantamos, são cerca de 60 estudos técnicos científicos com várias  
1112 indústrias, e se eu somar os resultados naquela última coluna de porcentagem de  
1113 todos esses estudos, e tirar uma média, eu vou chegar numa média de 34,9, por  
1114 exemplo, ou seja, de rendimento. Então, os estudos demonstram isso, que as  
1115 indústrias não têm conseguido, no geral, na média, atingir o índice maior do que  
1116 esse. Além disso, então a verificação de convenções praticadas nas concessões  
1117 florestais, também se eu usar um número médio, que a concessão tem hoje, que  
1118 aí não é de estudo, como eu falei, esse aqui é um levantamento, o  
1119 acompanhamento praticamente diário que a concessão tem, ela chega nessa  
1120 média de 34,4. Então, quando estamos somando os trabalhos científicos com o  
1121 que está acontecendo hoje no campo, efetivamente, nós chegamos a um padrão  
1122 de 35, então isso não é um número mágico, é um número fundamentado e  
1123 baseado nos estudos e no que acontece hoje, e completando a isso, o estudo que  
1124 nós fizemos no levantamento do DOF, que é o nosso sistema de controle, de 2014  
1125 e 2015, que foi uma avaliação, porque hoje o empreendedor, ele pode, no  
1126 sistema, se ele tem um rendimento maior, se ele tem um rendimento diferenciado,

1127 ele pode ir lá, e na verdade, ele tem que checar e dizer qual é o rendimento dele?  
1128 99% declaram que o rendimento é de 44 a 45%, ou seja, uma eficiência muito  
1129 grande e padronizada, quando os estudos estão mostrando uma realidade  
1130 diferente. Então, é essa calibração que nós estamos propondo fazer. Esses aqui  
1131 são números, só para vocês terem exemplo do impacto que isso causa, quando  
1132 eu falo na questão de controle. Se nós pegarmos um dado oficial do IBGE de  
1133 2003, que diz que o valor de tora comercializada no País, foi em torno de 13  
1134 milhões de metros cúbicos, se eu pego esses 13 milhões de metros cúbicos de  
1135 tora, e aplico o índice de 45, eu tenho lá uma transformação em torno 6 milhões  
1136 de metros cúbicos de madeira serrada. Se eu aplico o índice de 35, eu vou ter um  
1137 número de 4,3 milhões alguma coisa, enfim, essa diferença é mais de 1 milhão de  
1138 metros cúbicos, que está no sistema, como eu falei, aquele crédito meu é um  
1139 crédito fictício, porque se eu não tenho um lastro, isso é um crédito que pode estar  
1140 esquentando madeira. Outro agravante, quando eu calibro o sistema como está  
1141 hoje, lá em cima, qualquer indústria, qualquer empreendimento que busque  
1142 tecnologia, capacitação, melhoria, ela está tendo uma concorrência desleal,  
1143 porque ela está calibrada em 45, como a concorrente dela que não faz  
1144 absolutamente nada, e continua recebendo os mesmos 45, então se eu calibro o  
1145 sistema para 35, o que eu estou sugerindo? Aquela empresa que tem um  
1146 rendimento maior do que esse, e nós vamos demonstrar que ela tem a forma de  
1147 apresentar isso, a Resolução CONAMA já traz essa possibilidade de um estudo,  
1148 demonstrando: o meu rendimento é maior do que esse. Então, aquela empresa  
1149 será beneficiada, no sentido de poder fazer esse trabalho. Então, hoje, do jeito  
1150 que está, não há incentivo para que isso aconteça, nós estamos justamente  
1151 querendo criar esse incentivo, querendo balizar e separar aquelas empresas que  
1152 realmente buscaram melhoraria, buscaram tecnologia, que possam de certa forma ser  
1153 beneficiada. Se eu comparar isso agora, aquele último tópico lá, com relação ao  
1154 impacto que isso tem causado, quando nós cruzamos com algumas operações de  
1155 campo que o IBAMA realiza, pegamos o exemplo ali de uma operação feita, o ano  
1156 passado, no Pará, foram embargadas cerca de 288 serrarias com esse tipo de  
1157 dificuldade, ou seja, sem créditos, e iam somando, ali são duas operações,  
1158 conseguimos bloquear tanto no sistema estadual, quanto no sistema DOF, cerca  
1159 de 1 milhão de metros cúbicos, isso representa, esse 1 milhão de metros cúbicos  
1160 representa cerca de 30 mil caminhões de toras por ano, que estão sendo, de uma  
1161 certa forma, esquentados ou colocados no mercado de uma forma que  
1162 consideramos ilegal. Esse impedimento que foi feito, ele corresponderia a 410  
1163 quilômetros quadrados de floresta que foram utilizadas, aí nós começamos a  
1164 entender o porquê dos ataques às unidades de conservação, às terras indígenas,  
1165 porque vem e esquenta no sistema, e resolve o problema. Então, esse é um  
1166 aspecto do impacto que isso causa, um índice que parece uma coisa tão singela,  
1167 tão simples, mas o impacto que isso vem trazer anualmente no sistema é muito  
1168 grande, ou seja, nós fazemos uma operação e retiramos isso aí do mercado, aí o  
1169 próprio sistema, na outra ponta está concedendo aqueles 1 milhão de créditos,  
1170 porque tem essa diferenciação, essa variação desse índice. Então, estamos  
1171 praticamente enxugando gelo, todo ano, isso anualmente acontece nessa linha.

1172 Então, eu estou trazendo isso, para demonstrar para os senhores a importância  
1173 dessa modificação. Feito isso, o que aconteceu? Mas, isso, causa realmente um  
1174 impacto realmente para a indústria produtiva. Então, ficamos nesses dois últimos  
1175 meses, praticamente, até por orientação do nosso secretário, no sentido de sentar  
1176 com o setor, e construir uma regra de transição, para que aqueles que estão  
1177 trabalhando correto, que têm condição de fazer seus estudos, apresentar e serem  
1178 aprovados nos órgãos possa continuar trabalhando com o coeficiente que eles  
1179 realmente conseguem fazer. Então, isso foi feito, nós construímos juntos na  
1180 discussão essa regra de transição, então esses 35%, eles passem a valer daqui a  
1181 um ano, a partir do momento da aprovação, há um prazo de 180 dias, para que as  
1182 empresas apresentem esses estudos de alteração do CRV, e os estudos serão,  
1183 então, apreciados pelos órgãos ambientais estaduais, e aqueles estudos, que,  
1184 porventura, em função da capacidade do órgão ambiental, pela estrutura, se foram  
1185 muitos estudos, eles não terem condição de serem automaticamente aceitos ou  
1186 analisados e aprovados, eles vão continuar trabalhando no limite de 45, até que  
1187 isso aconteça. Ou seja, é uma regra de transição para não prejudicar a produção,  
1188 para não prejudicar aquelas empresas que trabalham de uma forma correta, e  
1189 estaríamos, na verdade, a partir daqui a um ano, girando a chave do sistema, no  
1190 sentido de que a partir de hoje, a partir de agora é 35% para todas as outras  
1191 empresas que não se adequaram a essa condição. Eu acho que é basicamente  
1192 isso, secretário, e nós podemos aqui esclarecer mais alguma dúvida, mais algum  
1193 questionamento. Muito obrigado.

1194

1195

1196 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
1197 Deusdará, obrigado, Paulo. A plenária necessita de pontos de esclarecimentos?  
1198 Tem inscrito o Dr. Mauro Cardoso da CNI.

1199

1200

1201 **O SR. MÁRIO CARDOSO (CNI)** – Bom dia a todos, bom dia, secretário. Só  
1202 queria, como o próprio Paulo já adiantou aqui, nós já fechamos uma proposta aqui  
1203 de emenda, só que eu não queria deixar passar a questão processual, como que  
1204 se deu, até o próprio Deusdará comentou, que foram quatro reuniões, eu acho que  
1205 até mais do que isso, Deusdará, são tantas que tivemos que sentar para discutir  
1206 esse assunto, cada hora com atores diferentes, talvez tenha sido bem mais do que  
1207 quatro reuniões. E, isso, a única questão que nós colocamos, é que isso deveria  
1208 ter se dado na Câmara Técnica de Florestas, e não foi isso que aconteceu, por  
1209 conta da emenda ter aparecido na plenária passada, era só esse o  
1210 questionamento. O assunto é importante, é importante para a fiscalização, como já  
1211 foi colocado, é importante também para o setor, muito importante, por isso a  
1212 mobilização do próprio setor para discutir isso aqui hoje e em todas as reuniões.  
1213 Então, nós só gostaríamos de deixar bem claro, secretário, que não é o *modus*  
1214 *operandi* que gostaríamos que acontecesse outras vezes. Dessa vez, nós  
1215 conseguimos chegar a um acordo, mas teve um desgaste muito grande, vamos  
1216 tentar fazer desse limão uma limonada, não é, Paulo? Vamos tentar que

1217 aproximemos mais o IBAMA do setor, e nós consigamos ter uma relação mais  
1218 próxima e mais propositiva, para nós combatermos a ilegalidade, e daí, favorecer  
1219 os legais, porque está uma concorrência desleal entre os legais e ilegais, o maior  
1220 prejudicado talvez seja a própria concessão florestal nesse processo, que tem um  
1221 custo muito alto de execução e de manejo, e de conseguir a madeira, eu acho que  
1222 isso, nós temos que colocar isso em mente. Então, eu só queria colocar que,  
1223 felizmente, nós chegamos numa emenda que talvez não atendesse nem  
1224 totalmente o que o IBAMA queria, nem totalmente o que o setor queria, mas uma  
1225 emenda de consenso, para podermos avançar, e a partir daqui, nós temos outro  
1226 trabalho a fazer, até já comentamos isso agora há pouco, mas a questão de  
1227 divulgação, porque se não chegar essa informação na ponta, nós vamos continuar  
1228 com problema. Então, talvez, nisso que valha a pena nós fazermos na parceria  
1229 nossa, Deusdará, com o Serviço Florestal Brasileiro, nós incluirmos, de repente,  
1230 um novo convidado aqui, no que tange a esse assunto, eu acho que vale a pena  
1231 pensarmos nisso, e continuar essa discussão durante o ano. Obrigado, secretário.

1232

1233

1234 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
1235 obrigado. Representante do Estado de Minas Gerais, por gentileza.

1236

1237

1238 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A preocupação da sociedade civil com essa  
1239 mudança, eu sou totalmente favorável, nós temos que melhorar a fiscalização,  
1240 temos que diminuir esse combate de madeira ilegal, mas ainda nos soa muito  
1241 assustador que a indústria e o rendimento que se pensa em termos de economia  
1242 da madeira, ainda se faça com a mata nativa, e eu não vejo nenhuma efetividade  
1243 com o licenciamento, ou seja, existe madeira ilegal no País, existir madeira ilegal,  
1244 significa dizer que estou derrubando o que não foi plantado, e eu venho de uma  
1245 região, exatamente do rio Doce, onde a indústria carvoeira derrubou madeira  
1246 ilegal, acabou com o terreno como um todo, a região imensa que foi feito o plantio,  
1247 e nós temos que sair também do plantio, não só do eucalipto, mas de madeiras  
1248 brasileiras que tem crescimento rápido, como política realmente de Estado, para  
1249 refazer madeira com madeira nativa de plantio. Então, também temos que  
1250 desenvolver, secretário, uma política para plantio de madeira nativa  
1251 desenvolvendo florestas, que seja condizente com a nossa realidade ambiental,  
1252 esse é o fator que eu sinto falta num projeto de lei que vai melhorar a fiscalização,  
1253 mas, que para mim, faltou também ter esse viés, de alguma forma prever um  
1254 investimento nessa questão de desenvolvimento de tecnologias de madeira nativa  
1255 em produção, plantio de madeira nativa de forma efetiva, essa é a falta que eu  
1256 sinto, e fico ainda assustado de que ainda a consciência de que existe madeira  
1257 legal derrubando-se o que se tem de patrimônio nacional.

1258

1259

1260 **A SR<sup>a</sup>. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO (Kanindé - Associação de Defesa**  
1261 **Etnoambiental)** – Bom dia a todos. Eu também tenho a preocupação quando se

1262 trata da questão da madeira nativa, sempre se está fazendo leis e normas  
1263 beneficiando ao desmatamento de madeira nativa, eu acho que o CONAMA e os  
1264 órgãos de meio ambiente têm que pensar e trazer a questão do reflorestamento  
1265 com madeira nativa, e incentivá-lo. Eu sou a favor da Resolução, não sou contra,  
1266 mas, eu gostaria muito de solicitar que envolvessem órgãos como a FUNAI,  
1267 porque eu sou de Rondônia, se eu pego a situação de vazão da unidade de  
1268 conservação e de terras indígenas em Rondônia é gritante, é algo vergonhoso,  
1269 então eu acredito que envolvimento de órgãos, como a FUNAI, a SEDAM,  
1270 trabalhando, e as OEMAs dos outros estados, trabalhando junto com o IBAMA e  
1271 com o ICMBio, seria bem interessante. Então, essa é a minha recomendação, que  
1272 se junte, e quero aproveitar essa fala aqui, e me perdoe por não falar agora do  
1273 licenciamento, mas para fazer o meu protesto pela situação vergonhosa em que  
1274 se encontram as terras indígenas hoje com invasão de madeiras, de grileiros, e  
1275 especialmente no meu estado, no Parque Nacional de Picaás Novos, aí é um  
1276 pedido para o ICMBio, para o presidente do ICMBio, que trate a questão do  
1277 Parque Nacional com seriedade, ele está sendo invadido por grileiros, e com o  
1278 envolvimento de outros órgãos que deveriam estar atuando de forma conjunta na  
1279 defesa do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas e das populações  
1280 daquela região. Obrigada a todos.

1281

1282

1283 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA) –** Obrigado.  
1284 Nós temos o último inscrito, o Sr. Francisco Soares, por gentileza.

1285

1286

1287 **O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA) –** Veja bem, eu acho que tem que  
1288 aprimorar a legislação, isso é importante, mas também nós temos que aprimorar o  
1289 conceito de fiscalização, uma vez que a maioria do desmatamento que está  
1290 ocorrendo, inclusive de floresta nativa é por falta de um instrumento forte,  
1291 secretário, junto com a Polícia Federal, para fiscalizar o desmatamento ilegal de  
1292 madeira nativa. Eu denunciei várias vezes aqui, no Sul do Piauí, da região da  
1293 Serra Vermelha, nós tínhamos 114 mil hectares, que estava sendo utilizado  
1294 desmatamento espécie nativa para a produção de carvão vegetal, e saiu por dia,  
1295 para o polo siderúrgico de Minas Gerais, em torno de 40 carretas com 40  
1296 toneladas. Então, quem estava abastecendo o polo siderúrgico para a produção  
1297 do ferro gusa era o sul do Piauí, uma área inclusive de floresta com três biomas,  
1298 mata atlântica, cerrado e caatinga. Até que enfim, estavam autorizados 3.600  
1299 fornos para a produção de carvão vegetal, graças a Deus que foi embargado, foi  
1300 suspenso, mas só isso não basta, precisaria que essas pessoas fizessem uma  
1301 reposição dessa madeira, que fosse punido para o plantio das espécies nativas,  
1302 que foram destruídas nessa região, na produção de carvão vegetal para o polo  
1303 siderúrgico de Minas Gerais.

1304

1305

1306 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
1307 obrigado, Dr. Francisco. Não havendo mais necessidade de esclarecimentos, nós  
1308 temos quórum para partir para a decisão da plenária. Primeiro, nós vamos votar o  
1309 texto base, entendo que não há discordância. Aprovado então o texto base. E,  
1310 agora as emendas, que já foram debatidas e aprovadas, eu estou entendendo  
1311 também que as emendas, não havendo manifestação, estão consideradas  
1312 aprovadas. Encerrado. Muitíssimo obrigado. Dando seguimento, eu acho que  
1313 agora temos que dar uma parada. Nós temos ainda uma proposta de moção na  
1314 parte da tarde, e, aí, partiríamos para os informes, que também vão ser breves.  
1315 Que horas marcamos o retorno? 14h em ponto o retorno. Muitíssimo obrigado. Até  
1316 breve.

1317

1318

1319 *(Intervalo para almoço).*

1320

1321

1322 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Boa tarde.  
1323 Vamos reiniciar nossos trabalhos, por gentileza, como ainda creio que não há  
1324 quórum suficiente para a questão da moção, eu sugiro uma pequena inversão de  
1325 pauta, e começar primeiro com os informes, há alguma objeção com relação a  
1326 essa mudança? Para podermos ganhar um pouquinho mais de tempo. Entendo  
1327 que podemos seguir. Nós temos quatro informes. Dr. Adriano Oliveira, diretor da  
1328 Secretaria de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, ele é o diretor  
1329 do Departamento de Mudança Climáticas, e tem trabalhado durante muitos anos  
1330 no tema de mudança do clima, negociador brasileiro há vários anos, vai fazer uma  
1331 pequena exposição sobre o Acordo de Paris, resultado principal da COP 21.  
1332 Adriano, por gentileza.

1333

1334

1335 **O SR. ADRIANO OLIVEIRA (Secretaria de Mudança do Clima do MMA)** –  
1336 Obrigado, secretário. Boa tarde a todos. Eu trouxe o material, secretário, que é um  
1337 pouco extenso, mas com a intenção, como das outras vezes que tivemos a  
1338 oportunidade de apresentar toda a preparatória da COP para os conselheiros, e  
1339 também para falarmos da INDC, é um material extenso, que obviamente não vai  
1340 ser possível percorrer todo ele, mas fica como material informativo, eu farei uso de  
1341 alguns pontos aqui para conduzir um pouco o informe da Conferência. Antes de  
1342 entrarem os slides, não sei se alguém, quem está operando? Fazendo um informe  
1343 bastante objetivo, primeiro, eu acho que é importante considerar o resultado  
1344 histórico da conferência, e foi uma conferência que é muito expressiva em  
1345 números, ela foi a conferência de maior participação da história das convenções  
1346 de mudança do clima, superando Copenhague, quando tivemos mais de 27 mil  
1347 participantes, nessa, nós tivemos mais de 30 mil, entre Governo, representantes  
1348 do setor privado, organizações não governamentais, mídia, o maior espaço físico  
1349 de COPs, essa é uma informação que eu já procurarei confirmar se realmente  
1350 procede, mas a informação é de que foi o maior número de chefes de Estados,

1351 150 chefes de Estados reunidos sobre o mesmo teto, esse seria o maior número  
1352 de chefes de Estados reunidos da história. Vou falar um pouco dos fatores de  
1353 sucesso, primeiro da perspectiva da presidência francesa, da presidência da COP,  
1354 e depois, mais a frente, falar da importância da delegação do Brasil, mas sobre a  
1355 presidência da COP, e os seus fatores de sucesso, eu acho que vale muito  
1356 reconhecer que a estratégia francesa de organização auxiliou muito no grande  
1357 resultado atingido pela conferência, e, o que o auxiliou nisso foi o engajamento de  
1358 alto nível desde o início. Esse engajamento de alto nível aconteceu já no ano  
1359 preparatório da conferência, vale lembrar que a própria ministra Izabella, esteve  
1360 presente em várias preparatórias das COPs, inclusive facilitando grupos de  
1361 discussão, ela facilitou um grupo de financiamento duramente determinado no  
1362 momento da preparatória. Chegamos a Paris com 187 nacionalmente  
1363 determinadas, pretendidas, de um total de 196 partes, o processo foi altamente  
1364 transparente, com a reunião de chefes de Estado acontecendo no início, também  
1365 foi uma estratégia importante de ter gás político logo no início da conferência, e se  
1366 fortaleceu muito o multilateralismo, foi uma COP transparente, onde não teve texto  
1367 secreto, as reuniões foram totalmente abertas, houve um cronograma denso, mas  
1368 um cronograma eficiente, normalmente nas COPs há uma parada no domingo,  
1369 entre uma semana e outra, ela seguiu direto, inclusive era para ter começado na  
1370 segunda-feira, aquele grupo que já discutimos aqui no CONAMA, a Plataforma de  
1371 Durban, que aconteceu no domingo, enfim, houve uma pressão muito forte de  
1372 tempo, e isso ajudou no resultado e conseguir que a COP terminasse um dia  
1373 apenas após o programado, e reconhecer a liderança firme da presidência  
1374 francesa. Aqui só uma informação quantitativa, que eu acho que é relevante, em  
1375 fevereiro de 2015, quando começamos a negociação, o secretário Filipe Ferreira,  
1376 chefe da Divisão de Clima e Ozônio está aqui, participou de toda a negociação  
1377 também, foi um dos protagonistas dos acordos de Paris, da própria construção da  
1378 INDC brasileira, e nessa reunião de fevereiro, da Suíça, nós saímos da  
1379 negociação com mais de 90 páginas de texto, que seria impossível para um  
1380 Acordo efetivo, e o Brasil sempre lutou para que o Acordo fosse enxuto, que desse  
1381 o guia para ser implementado de maneira concreta e ao longo dos anos. E, nós  
1382 chegamos, isso também se deve muito a delegação do Brasil, um documento de  
1383 32 páginas, dependendo da edição é um pouco mais, mas o fato é que nós temos  
1384 20 páginas de decisão, e de acordo em si são 12 páginas de acordo, com 29  
1385 artigos, comparando com o Protocolo de Kyoto, o Protocolo de Kyoto tem 28  
1386 artigos, o Acordo de Paris ficou muito próximo do número de artigos do Protocolo  
1387 de Kyoto. Um fato que deve se chamar a atenção, e que o Acordo de Paris  
1388 aparece como um anexo, e há uma interpretação de algumas pessoas de que isso  
1389 facilitaria a aprovação no Congresso norte-americano, mas há controvérsias,  
1390 porque o próprio Protocolo de Kyoto também foi um anexo de uma decisão, mas,  
1391 enfim, há quem o interprete que como anexo facilitaria a entrada no forte dos  
1392 Estados Unidos, sendo a aprovação pelo Congresso. Falou-se muito na ambição  
1393 do Acordo de Paris, nós ouvimos muita gente fazendo a leitura de que é um  
1394 acordo diplomaticamente importante, e, aí, mais uma vez, o secretário Filipe  
1395 Ferreira pode falar com muita mais propriedade do que eu, mas o Acordo, além de

1396 ser uma vitória diplomática sim, ele é um acordo ambicioso, porque, primeiro, ele  
1397 tem natureza juridicamente vinculante, a linguagem de ratificação, é de aceitação,  
1398 é de aprovação, ele tem um objetivo global de longo prazo de tentar manter o  
1399 aumento da temperatura comparando com os níveis pré-industriais, em 2 graus  
1400 célsius, com um esforço para limitar essa meta a 1,5, aqui vale sempre frisar que o  
1401 Governo Brasileiro sempre coloca a perspectiva de um objetivo global de longo  
1402 prazo em termos de temperatura, porque seria a forma mais correta  
1403 cientificamente para lidar com o problema da mudança do clima, e a  
1404 implementação e a comunicação desses esforços de ambição, eles vão ter  
1405 sempre que ser uma representação de uma progressão ao longo do tempo, e,  
1406 aqui, eu chamo a atenção para outra vitória da diplomacia brasileira, porque no  
1407 ano passado, nós tratamos muito aqui no CONAMA a questão da diferenciação  
1408 concêntrica, a questão de sempre ter a ambição, o movimento de maior ambição,  
1409 nunca voltar para traz, e esse elemento da diferenciação aparece nesse Artigo 3,  
1410 e aparece em vários outros artigos também do Acordo. Outro ponto também que  
1411 destaca a ambição do Acordo é chamar a atenção, no seu Artigo 4, para um  
1412 balanço entre emissões e remoções por fontes, eu lembro que a contribuição  
1413 nacionalmente determinada do Brasil, apresenta a proposta de descarbonização  
1414 até o final do século, claro que sempre no contexto do desenvolvimento  
1415 sustentável, da erradicação da pobreza, e isso apareceu também no Artigo, e não  
1416 tem como não fazer referência, aqui várias vezes ao secretário Filipe Ferreira, e  
1417 ele foi um dos grandes negociadores do Art. 4º, o artigo de mitigação do Acordo.  
1418 Sobre aqui, não vou mencionar o País, houve um País no final da conferência, que  
1419 apresentou o problema com uma palavrinha específica na questão de mitigação,  
1420 as INDCs por todas as partes representando uma progressão, e determinando que  
1421 países desenvolvidos deveriam continuar assumindo a liderança na questão da  
1422 mudança do clima, houve a briga na palavra inglesa *should* até a versão do  
1423 sábado, anterior a doação do Acordo, era *should*, era deve, ficou deveria. As  
1424 INDCs devem ser apresentadas a cada cinco anos, tem essa periodicidade, os  
1425 prazos serão regulamentados agora na continuidade das negociações, outro  
1426 elemento importante da delegação brasileira que sempre foi defendida por ela, era  
1427 o registro público das INDCs, porque se as INDCs ficassem em uma espécie de  
1428 registro, e isso também foi algo que o Brasil brigou bastante, e eu chamo a  
1429 atenção também para a parte de REDD+, a Redução de Emissões de  
1430 Desmatamento e Degradação florestal, a base do REDD continua sendo aquele  
1431 *rol* de decisões, que foi adotado em Paris, em cima do Marco de Varsóvia, e outro  
1432 elemento que é muito importante para o Governo Brasileiro, e que está refletindo  
1433 também no Acordo de Paris, é o reconhecimento do pagamento com base em  
1434 resultados, e o exemplo mais prático disso é o nosso Fundo Amazônia. Outro  
1435 elemento importantíssimo do Acordo é o seu Art. 6, que trata de mecanismos de  
1436 mercado, aqui, de novo, o Brasil teve um papel fundamental, eu lembro que  
1437 durante a Conferência, o Brasil apresentou uma proposta junto com a União  
1438 Europeia, isso ajudou a evoluir nas discussões do mecanismo, e grande parte  
1439 dessa proposta conjunto do Brasil e da União Europeia, entrou aqui, o mecanismo  
1440 de mercado colocado no âmbito do Acordo de Paris, é um mecanismo que ele faz

1441 um pouco um *mix* do que já existia na implementação conjunta no Protocolo de  
1442 Kyoto, e o que existia em termos de mecanismo de desenvolvimento limpo, vocês  
1443 lembram que nós discutimos aqui ano passado a proposta brasileira de NDL +, e  
1444 seria esse mecanismo de desenvolvimento sustentável, obviamente tem muita  
1445 regulamentação pela frente, mas o Brasil também teve papel importante nesse  
1446 artigo, e vai ser importante para termos uma retomada forte e participação de  
1447 grandes países em desenvolvimento em mecanismos de mercado. Rapidamente,  
1448 é sempre bom lembrar também que o Governo Brasileiro junto com outros países  
1449 em desenvolvimento, defendeu muito fortemente que o Acordo não era um acordo  
1450 simplesmente de mitigação, os aspectos de adaptação, os aspectos de meio de  
1451 implementação eram importantes também, e nós temos um artigo forte sobre  
1452 adaptação com um objetivo global, há muita discussão para regulamentar isso, o  
1453 que seria o objetivo global de adaptação, mas existe essa referência no Acordo.  
1454 Há um reconhecimento formal dos esforços dos países em desenvolvimento, em  
1455 como lidar com mudança do clima, e uma parte importante em relação aos planos  
1456 de adaptação, e lembro que nós temos aí esse ano a finalização do nosso Plano  
1457 Nacional de Adaptação, ele é a base forte da nossa INDC para o tema.  
1458 Rapidamente sobre transparência, aqui é como as partes vão apresentar seus  
1459 avanços, e aqui a tendência é que no futuro os sistemas de transparência, se  
1460 equivalham para países do Anexo 1 e países do não Anexo 1. O que a delegação  
1461 brasileira tentou a todo tempo na negociação, era impedir que os critérios  
1462 colocados para países do Anexo 1 fossem flexibilizados, ou seja, que a barra  
1463 deles descesse para chegarmos nessa igualdade de sistema de transparência, a  
1464 intenção é que tudo bem, se mantém as regras para países desenvolvidos, os  
1465 países em desenvolvimento vão ter tempo ainda para chegar a um sistema que  
1466 possa ser comparável. E, aqui, eu faço uma importante observação de que a  
1467 divisão de países desenvolvidos em desenvolvimento Anexo 1 e não Anexo 1, que  
1468 é uma base da Convenção continua, o que acontece é que agora todos têm  
1469 compromissos, mas o princípio de responsabilidade comuns, porém diferenciadas,  
1470 a diferente capacidade das partes ainda continua reconhecida, e todo esse  
1471 sistema, essa nova estrutura de transparência, ela vai ser e levar em conta o que  
1472 já acontece na Convenção em termos de transparência, os arranjos já existentes.  
1473 Agora, aqui, é óbvio que numa negociação não é possível ganhar todas, nesse  
1474 ponto o Governo Brasileiro tentou muito fortemente que o tipo de apoio a ser dado  
1475 a país em desenvolvimento para a transparência, para as comunicações, ele  
1476 deveria ser qualificado, isso, infelizmente, no Acordo final não passou o que é  
1477 esse apoio, nós até brincávamos, é claro que isso é um assunto sério, mas o  
1478 apoio pode não passar de um tapinha nas costas de países desenvolvidos,  
1479 falando: nós capacitamos vocês e está perfeito, o que nós queríamos era uma  
1480 coisa mais qualificada em termos de recursos financeiros também, isso não está,  
1481 mas é na regulamentação, e o Brasil tem uma boa base de transparência, a  
1482 comunicação nacional do Brasil é sempre muito bem elogiada, e achamos que dá  
1483 para seguir bem nesse ponto também. Haverá uma avaliação agregada do  
1484 processo, chamada *Global Stocktake*, que é importante porque nós vamos ter todo  
1485 o sistema de transparência, que aí sim há a consideração individual dos países,

1486 do que cada um está fazendo, mas aqui é uma consideração agregada, essa  
1487 primeira consideração agregada de todas as contribuições nacionalmente  
1488 determinadas, acontece em 2023, e a cada cinco anos, na decisão existe um item  
1489 específico relacionado as pretendidas contribuições necessariamente  
1490 determinadas, as INDCs, que fala de um processo facilitativo de uma etapa  
1491 anterior, considerando as INDCs já em 2018, mas que ainda não seria o *Global*  
1492 *Stocktake* em si, mas o importante é que *Global Stocktake* vai servir para uma  
1493 avaliação agregada das INDCs, com essa avaliação os países trazem o exercício  
1494 de volta para casa, faz o dever de casa e reavalia suas próximas atividades para  
1495 apresentar as INDCs, nas sequências de apresentações. A entrada em vigor do  
1496 Acordo, ele acontece, quando 55 partes, pelo menos 55 partes, representando  
1497 55% do total de emissões, façam a ratificação do Acordo, aqui há uma tabela  
1498 indicativa, os dados são muito diferentes em termos de anos, de países  
1499 desenvolvidos, o Brasil, por exemplo, têm dados até 2010 no seu relatório bienal  
1500 de atualização, mas há países que têm dados de 2000, de 2002, há países, que  
1501 tem dado de 2012, enfim, mas isso aqui foi um agregado, para se ter uma ideia,  
1502 para chegar nesse número. Chegou-se na negociação a se falar no número de  
1503 70%, houve um país que achava que o acordo deveria entrar em vigor, em 70%  
1504 das emissões, o Brasil foi até favorável a um número menor que 55, mas 55 foi um  
1505 número razoável para contemplar as emissões do *Base*, que Brasil, Índia, China,  
1506 União Europeia, Estados Unidos, enfim, os grandes países considerados para a  
1507 entrada em vigor do protocolo estão. O que acontece hoje, é que na versão  
1508 anterior do Acordo, se falava que ele entraria em vigor no pós 2020, isso não  
1509 aparece mais no Art. 21, então, há que interprete que alcançando essas 55 partes  
1510 com 55% de emissões, o Acordo entraria em vigor, mas lembrando que a decisão  
1511 de Durban, ela é bem explícita do Acordo ser implementado pós 2020, mas aí é  
1512 um assunto mais para diplomacia e para o direito internacional do que qualquer  
1513 outra coisa, mas o importante é que essa condição aí seja satisfeita. Eu vou pular  
1514 a parte de ambição para 2020, em termos de tempo. Só queria finalizar essa  
1515 intervenção sobre o Acordo de Paris, destacando, assim como fizemos o  
1516 reconhecimento da presidência francesa, o Brasil teve um passo papel muito  
1517 importante na construção do Acordo e no resultado positivo que ele alcançou, a  
1518 própria presidente Dilma esteve presente no encontro de alto nível, é sempre bom  
1519 lembrar que a presidente se envolveu diretamente na elaboração da INDC, isso foi  
1520 dito aqui no ano passado, quando nós discutimos a preparação da cota, quando  
1521 discutimos a elaboração da INDC, a ministra Izabella conduziu também durante  
1522 todo o ano passado os diálogos com a sociedade para a elaboração da INDC,  
1523 teve o papel relevante na negociação, ali há uma foto, e há o reconhecimento do  
1524 Governo francês também, ao convidá-la para ter facilitado um dos temas mais  
1525 complexos da negociação, que foi o da diferenciação, em conjunto com o ex-  
1526 chanceler Figueiredo, e destacar também o envolvimento de alto nível, nós temos  
1527 a própria reunião do Fórum Brasileiro, que o próprio secretário Klink participou de  
1528 uma das fases da reunião do fórum, e o embaixador Marcos Pontes liderando a  
1529 equipe de negociadores, que é sempre bom lembrar o esforço dos negociadores  
1530 brasileiros, e, mais uma vez, eu acho que nós poderíamos aproveitar, secretário,

1531 se me permite, aproveitando que temos o conselheiro Filipe Ferreira, o chefe da  
1532 Divisão de Mudança do Clima, como conselheiro do CONAMA, também para  
1533 eventualmente colocar alguma coisa aqui com relação ao Acordo, que seria  
1534 importante, como eu disse, teve um papel fundamental lá na Conferência, mas,  
1535 basicamente, seria de maneira breve, uma apresentação rápida dos resultados da  
1536 Conferência de Paris, eu pararia por aqui. *(Palmas!)*.

1537

1538

1539 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA) –** Filipe,  
1540 quer complementar alguma coisa? Brevemente?

1541

1542

1543 **O SR. FILIPE RODRIGUES GOMES FERREIRA (MRE) –** Obrigado, secretário.  
1544 Não é muita coisa. Boa tarde a todos. Só muito brevemente, para complementar  
1545 alguns pontos levantados pelo Adriano, e falar da agenda daqui para frente. O  
1546 Governo Brasileiro ficou muito satisfeito com os resultados da COP 21, e tivemos  
1547 uma participação incisiva nisso, destaque aí o papel da ministra Izabella Teixeira  
1548 como facilitadora das discussões sobre diferenciação, que foi algo determinante.  
1549 O Acordo de Paris, ele mantém a centralidade da Convenção do Clima na  
1550 resposta global, mantém a seriedade na resposta global de mudança do clima,  
1551 preserva a diferenciação entre países desenvolvidos e países em  
1552 desenvolvimento, mas, o faz de uma maneira um pouquinho mais suave, digamos  
1553 assim. Cada dispositivo do Acordo faz essa diferenciação com base em premissas  
1554 diferentes, em adaptação, por exemplo, é muito mais com base na  
1555 invulnerabilidade do que em responsabilidades, há certa convergência nos  
1556 dispositivos de transparência, em financiamento é algo bem separado, países  
1557 desenvolvidos com obrigações legais e países em desenvolvimento com uma  
1558 participação voluntária, e em mitigação a abordagem que defendíamos na  
1559 proposta de diferenciação dos círculos concêntricos, que é um conjunto de  
1560 obrigações comuns, mais restritas para países desenvolvidos e com maior  
1561 flexibilidade para países em desenvolvimento. Na agenda atual, como a ministra já  
1562 levantou na sessão de abertura, nós temos agora pela frente a cerimônia de  
1563 assinatura, no dia 22 de abril na Assembleia Geral das Nações Unidas, é um  
1564 momento em que o Acordo será aberto, ele ficará aberto a assinatura durante um  
1565 ano inteiro, e há uma expectativa de grande participação de alto nível no 22 de  
1566 abril, mas mais importante do que o nível dos signatários, é claro é o número de  
1567 signatários, poderemos chegar, pelo menos ao primeiro critério de entrada em  
1568 vigor, as 55 partes, o mais rápido possível. Alguns países já indicaram que terão  
1569 condições de entregar um instrumento de ratificação já em abril mesmo, o (...) fez  
1570 isso, informalmente nós tivemos indicação de alguns atores teriam condições de  
1571 fazer isso, se não no dia 22, ainda este ano, inclusive os Estados Unidos. E, após  
1572 a assinatura, cada país levará adiante o seu respectivo processo de ratificação e  
1573 aceitação do Acordo, nós estamos preparando no Governo Federal a  
1574 documentação para fundamentar a exposição de motivos e a mensagem da  
1575 presidente para o Congresso Nacional. Apenas esclarecendo um ponto que você

1576 levantou, Adriano, só fazer uma extinção, pode-se parecer um preciosismo  
1577 jurídico, mas é importante, a ideia da entrada em vigor do Art. 21, a entrada em  
1578 vigor legal do Acordo, ela depende desses dois critérios, 55 países e 55% das  
1579 emissões globais, isso se refere a entrada em vigor do instrumento jurídico, ou  
1580 seja, então, nós estamos sim diante da possibilidade, e isso será bem-vindo, de  
1581 que a primeira reunião das partes no Acordo de Paris, a CNA, como nós  
1582 chamamos, provavelmente acontecerá antes de 2020, mas a noção de que o  
1583 acordo será implementado apenas após 2020, ou seja, as INDCs, a validade das  
1584 INDCs e a ideia do ciclo de consideração agregada e reapresentação de INDCs,  
1585 isso vai acontecer após 2020. Antes disso, nós teremos um diálogo, uma espécie  
1586 de piloto, uma espécie de teste do processo de consideração agregada já em  
1587 2018. E o primeiro processo de consideração agregada que deverá informar a  
1588 próxima rodada de contribuições, será em 2023, aí já com o Acordo plenamente  
1589 em vigor. Então o que temos nas negociações da Convenção, no atual momento,  
1590 é realmente o esforço para ratificação e entrada em vigor o quanto antes do  
1591 Acordo, os negociadores, estaríamos mais ocupados com o tema que talvez não  
1592 ganhem tanta atenção da imprensa, que é essa regulação, o detalhamento do que  
1593 já foi acordado no nível político, mas, aí, a nossa expectativa é que essas  
1594 negociações sejam menos dramáticas, e sejam mais voltadas para a  
1595 implementação de algo que já foi acordado politicamente. E, na COP 22, pelas  
1596 reuniões informais que nós tivemos até o momento, a expectativa é que seja uma  
1597 COP mais centrada em avançar a agenda para 2020, em demonstrar o  
1598 engajamento das partes, dos países em que o Acordo de Paris entre logo em  
1599 vigor, é muito pouco provável que ele entre em vigor antes do final do ano, e para  
1600 isso avançar na longa agenda de tarefas que nós temos estabelecida pela decisão  
1601 com o CP 21, que é em si só um trabalho muito complexo, e que vai ser  
1602 importante também para os diálogos nacionais de mudança do clima. Obrigado.  
1603 *(Palmas!)*

1604  
1605

1606 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
1607 Filipe. Parabéns pelo trabalho e pelo sucesso. Ainda não há quórum, então vou  
1608 dar segmento. Fazer pergunta? Uma pergunta e um esclarecimento, por gentileza,  
1609 Tadeu.

1610  
1611

1612 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Respondendo a cordial  
1613 provocação que a ministra me fez hoje de manhã, ao final da fala dela, eu vou  
1614 continuar provocando. Eu lembro que o Adriano falou na última reunião, que  
1615 haveriam regiões, haveriam reuniões regionais para discutir questão de mudança  
1616 climática no País, nós, de Santa Catarina precisamente no epicentro, o único  
1617 furacão do Atlântico Sul, foi na minha cidade, nós nunca, após 2004, fomos  
1618 convidados para participar do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e nem de  
1619 qualquer outro fórum. Por outro lado, para concluir, porque eu quero ser bem  
1620 rápido, o Brasil, eu quero dar os parabéns a equipe, principalmente para a

1621 ministra, que, foi inclusive indicada para ocupar uma Comissão, então isso prova  
1622 de que o Brasil fez bonito lá fora, mas no nosso ponto de vista está faltando a lição  
1623 de casa em relação a queima de combustíveis fósseis, a nossa região tem a maior  
1624 termoelétrica da América Latina, e é ela mesma que faz o monitoramento de CO2.  
1625 No Rio Grande do Sul também tem termoelétrica, e se não me engano, já tem no  
1626 Pará, no Maranhão e no Ceará. Então, eu acho que sempre que vocês virem  
1627 trabalhar aqui é preciso que, vocês responsáveis que vão lá fora, trabalhem  
1628 também para tirar a queima de combustíveis fósseis da matriz energética  
1629 brasileira, porque não tem sentido, entendeu? O Brasil conseguir um bom  
1630 desempenho nessa questão da discussão das mudanças climáticas a nível global,  
1631 se ainda permite que se queime carvão na contramão da história. Era isso.

1632  
1633

1634 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
1635 Tadeu. Como ainda não há quórum, eu vou chamar... (*Intervenção fora do*  
1636 *microfone. Inaudível*). Eu posso seguir com a moção? Mas para a votação da  
1637 moção, vamos fazer a verificação de quórum, por gentileza. 45, precisamos de 51,  
1638 lamento. Então, para não perder a nossa agenda, vamos dar segmento, vou  
1639 chamar a Ana Cristina Barros, secretária de Biodiversidade e Florestas do  
1640 Ministério do Meio Ambiente. Ana, você prefere fazer daqui do pódio, da mesa?  
1641 Ana vai tratar da outra convenção, Convenção sobre a Biodiversidade Biológica,  
1642 que a reunião acontecerá no final do ano, na cidade de Cancún, no México.

1643  
1644

1645 **A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BARROS (Secretária de Biodiversidade e Florestas do**  
1646 **MMA)** – Boa tarde. Obrigado, secretário Carlos Klink, e demais da equipe do  
1647 CONAMA, obrigada aos presentes por recepcionar esse breve informe sobre a  
1648 preparação do Brasil para a 13<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção de  
1649 Diversidade Biológica, a CDB, eu queria que nós pensássemos, e é bom falar na  
1650 sequência aqui da equipe de clima, porque eu queria que começássemos a nos  
1651 aprofundar na reflexão de que a Convenção de Clima, e a Convenção de  
1652 Diversidade Biológica, elas têm muito mais pontos em comum do que  
1653 simplesmente complementariedades, elas têm algumas sobreposições  
1654 importantes. Nós podemos pensar que para o problema climático do planeta, dos  
1655 menos otimistas, aos mais otimistas, 10 a 30% do problema, do problema não, da  
1656 solução pode estar nas florestas, de 10 a 30, estou errada, secretário? Menos que  
1657 10? De 10 a 15, de 10 a 30, que sejam os 15%, nós precisamos pensar que as  
1658 nossas ações de adaptação, não só do Brasil, mas de muitos outros países vão  
1659 ser dependentes da maneira como lidamos com cobertura vegetal, evitar  
1660 deslizamento, o papel dos mangues na costa do País etc. Comum as duas é  
1661 também a sua inserção na agenda de desenvolvimento e bem-estar para a  
1662 população, um contabiliza carbono, o outro vai contabilizar número de espécies,  
1663 água, uso sustentável, mas ambas são formas de leitura do que é o  
1664 desenvolvimento e o bem-estar da população daquele País, no nosso caso aqui  
1665 dos brasileiros, e, aí, nós podemos trazer outra convenção, que talvez valesse a

1666 pena o Conama trazer para o informe de vocês também, que é a das ODS, a dos  
1667 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nós temos essa mania de guardar as  
1668 coisas em caixinhas, mas isso é só uma maneira prática de abordar um problema,  
1669 na verdade o problema, o meu desafio é único, e o meu convite aqui para vocês é  
1670 que revisitemos caixinhas, convenções, e pensemos no quanto de valor elas têm  
1671 nas suas sinergias. Esse ano, a CDB vai se reunir no México, em dezembro, de 04  
1672 a 17 de dezembro, em Cancún, o objetivo central dessa Conferência vai girar em  
1673 torno do tema de, eles chamam em inglês, de *Mainstreaming*, quer dizer, colocar a  
1674 biodiversidade no centro de outras políticas nacionais. Nós temos para isso alguns  
1675 passos importantes para esse processo da preparação, a primeira delas é o  
1676 desenho da estratégia nacional e seu plano de ação para conservação da  
1677 biodiversidade, na sigla da convenção, isso se chama NBSAP, o Brasil fez em  
1678 2010, assim como vários outros países signatários da convenção, fez a sua  
1679 NBSAP como um compilado de todas as suas políticas de conservação, não  
1680 tinham uma visão de um único documento, uma única estratégia. De 2010 para  
1681 cá, depois de diálogos setoriais, depois de muitas parcerias para trazer,  
1682 internalizar no Brasil as metas da convenção, as famosas Metas de Aichi, 20  
1683 metas bem específicas de como lidar com biodiversidade nos países, acordadas  
1684 em Aichi, no Japão, nós fizemos esse processo, então, vamos dizer, amplo,  
1685 tivemos bastantes insumos, e começamos o ano passado, a redigir, compilar o  
1686 documento da estratégia do Brasil revisada, mas que vai ser o seu primeiro  
1687 documento da NBSAP, nós fizemos na Secretaria de Biodiversidade, uma história  
1688 bastante importante desse processo, entendendo esse papel amplo que vemos a  
1689 biodiversidade no desenvolvimento, nós fizemos o recorte das 20 Metas de Aichi,  
1690 em função do que era num primeiro passo o planejamento da própria Secretaria  
1691 de Biodiversidade. Notem daí, hoje, nós falamos de uma Secretaria de  
1692 Biodiversidade que tem o seu planejamento estratégico, tem as suas metas, e fez  
1693 o exercício, então, de ver como essa sua missão institucional responde aos  
1694 compromissos que o Brasil fez globalmente, e esse documento vai ser submetido  
1695 ao CONABIO, para a sua validação, só que ele não pode ser visto como uma  
1696 estratégia nacional completa, porque não é só aquilo que faz a Secretaria de  
1697 Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, que responde a tudo que o Brasil  
1698 pode fazer para a conservação da biodiversidade, tem a sociedade civil, tem os  
1699 estados, tem as empresas, tem outros braços do Ministério. Então, nós vamos  
1700 ainda esse ano, dá um segundo passo, que é consultar cada um, por exemplo, o  
1701 IBAMA, eis aqui as metas nacionais da Convenção de Biodiversidade, nós  
1702 estamos respondendo a essas 10. E você? Qual é o seu compromisso em relação  
1703 a isso? E nós vamos pactuar isso, dentro de casa, IBAMA, ICMBio, Jardim  
1704 Botânico, ANA, outros ministérios, sociedade, e estados, estejam preparados para  
1705 receber uma consulta, onde nós da Secretaria vamos perguntar, senhor, estado  
1706 do Pará, Ronaldo, qual é o papel das suas políticas no cumprimento dessas  
1707 metas? Roraima, o que vocês estão fazendo que vai nos mover nos indicadores  
1708 dessas metas estabelecidas? A sua resposta, o seu compromisso vai ser então  
1709 incorporado na nossa estratégia nacional. Esse é o processo que nós escolhemos  
1710 para garantir que há de fato o compromisso da realização, para que nós não

1711 fizéssemos um documento lindo, maravilhoso, mostrando tudo que se faz, mas  
1712 que na hora de você controlar o primeiro relatório, eu não sei, na hora do segundo  
1713 relatório, eu não sei, e no terceiro já nem faz mais, o compromisso vai se  
1714 deteriorando pela falta de concretude, é essa escolha que a Secretaria de  
1715 Biodiversidade fez, o momento em que estamos agora é terminando o nosso  
1716 rascunho, e, ele só vai deixar de ser rascunho, depois de aprovado pela  
1717 CONABIO, e aí, nós vamos ter a parte do compromisso da SBF. Estamos  
1718 atrasados em um processo como esse, de uma COP, que vai acontecer em  
1719 dezembro? Estamos, nós e quarenta por cento dos países do mundo que  
1720 disseram que vão fazer a sua NBSAP, ou seja, estamos atrasados sim, tal qual  
1721 vários outros, mas é importante que tenhamos um processo de qualidade, e não  
1722 açodado pelo tempo. Na busca dessa ideia de colocar a biodiversidade dentro de  
1723 políticas e planos de outros setores, nós estamos fazendo uma busca muito  
1724 grande de quebrar um pouco uma cultura que talvez muitos de nós ainda  
1725 tenhamos, de pensar que a agenda da biodiversidade é aquela linda das espécies  
1726 ameaçadas de extinção, ou da criação das unidades de conservação, e ponto.  
1727 Para nós, tratar das espécies ameaçadas de extinção tem sim um componente de  
1728 valorizar este patrimônio do País, com valores intrínsecos da biodiversidade.  
1729 Agora, tem um componente importantíssimo de uso, o mundo inteiro hoje discute  
1730 como é que vai alimentar 9 bilhões de pessoas, não é esse um dos temas da  
1731 pauta global? Nesse mesmo contexto, tem um declínio de produção pesqueira,  
1732 pesca-se no mundo e no Brasil, um terço do que se pescava, e não porque se  
1733 deixou de pescar não, o esforço de pesca aumentou, o estoque de peixes  
1734 diminuiu, nós fizemos pesca predatória no mundo inteiro, e agora tem menos  
1735 peixe, isso é para nós uma agenda da biodiversidade, manejar as espécies de  
1736 pescado, de forma que ela: 1. Se mantenha, resultado de conservação; 2. Possa  
1737 ser pescado indefinidamente, alimento, emprego, renda, imposto etc. O mesmo  
1738 vai valer o mesmo raciocínio de uma espécie madeireira amazônica, a Regina  
1739 sabe muito bem do que eu estou falando, falar de unidade de conservação não é  
1740 falar de um pedaço do território que vai ser reservado para a biodiversidade e  
1741 ponto, é o papel desse espaço, desse território para o desenvolvimento local, é o  
1742 papel deste pedaço para o clima, nós não temos o grande sucesso do controle do  
1743 desmatamento na Amazônia reportado na Convenção de Clima? Caramba, trinta  
1744 por cento da Amazônia hoje está protegida em unidades de conservação, tem o  
1745 papel do combate do desmatamento, não é, Adriano? Ou seja, a agenda da  
1746 biodiversidade ajuda o País a ter bons resultados na agenda de clima também.  
1747 Curiosamente nessa agenda de biodiversidade e de unidades de conservação,  
1748 nós temos o ARPA, temos também o mecanismo financeiro em curso, que  
1749 colabora com os estados, que colabora com os estados na gestão dessa área,  
1750 temos aí lições a exportar para a agenda de clima, secretário, senhor diretor, é a  
1751 agenda da biodiversidade criando as suas conexões com outras agendas, isso é  
1752 *Mainstreaming*, é isso que a COP vai discutir no México em dezembro. Numa  
1753 agenda até aqui, totalmente de governo, o que nós temos feito para construir: 1. A  
1754 leitura de ativos, e novos compromissos com o setor privado. Um projeto está  
1755 concluído, construímos junto com a sociedade rural brasileira um compromisso de

1756 que o desenvolvimento do setor de agronegócio no MATOPIBA, Maranhão,  
1757 Tocantins, Piauí e Bahia, a nossa parte mais preservada de cerrado hoje, local de  
1758 populações tradicionais importantíssimas na cultura brasileira, como as  
1759 quebradeiras de coco babaçu, o compromisso da sociedade rural brasileira no  
1760 papel e com o Fundo Global de Meio Ambiente, GEF, é de que a expansão do  
1761 agronegócio naquela região vai proteger 40% do cerrado, esse compromisso está  
1762 posto, está no papel, está pegando um compromisso de reserva legal, 20%, e está  
1763 dizendo: eu topo dobrar, e não vai fazer 40% de reserva legal, ele vai trabalhar  
1764 junto com o Governo para que possamos ter mais unidades de conservação, mais  
1765 espaços que garantam o bom uso daquela região. Outro exemplo que ainda  
1766 estamos construindo, mas, eu vou ousar antecipar aqui, setor de florestas  
1767 plantadas do Brasil, setor de floresta plantadas do Brasil se apresenta hoje, como  
1768 um dos pilares do compromisso da nossa INDC para a restauração de doze  
1769 milhões de hectares de florestas, só que você sabe uma coisa interessantíssima,  
1770 eles têm já um ativo público de cinco milhões de hectares de florestas nativas,  
1771 hoje, o setor apresenta isso orgulhosamente como a sua contribuição para  
1772 recursos hídricos, nós temos cinco milhões de hectares em reservas legais e APP,  
1773 portanto nas bacias hidrográficas X, Y e Z, nós garantimos o fluxo de água por  
1774 controle de erosão etc. Cinco milhões de hectares, se nós pensarmos que boa  
1775 parte disso está na Amazônia, isso praticamente dobra a área de unidades de  
1776 conservação da Mata Atlântica hoje, nós estamos trabalhando com o setor para  
1777 que essas áreas possam ser identificadas, monitoradas, verificadas e reportadas,  
1778 nós usamos a do MRV do clima, e estamos desenvolvendo uma forma de  
1779 reconhecer, e valorizar, e monitorar a biodiversidade, que deriva do Código  
1780 Florestal, Código Florestal esse, melhor política de *Mainstreaming*. Código  
1781 florestal vai gerar para esse País um sistema de conservação privado  
1782 possivelmente do tamanho do SNUC, se nós considerarmos APPs e reservas  
1783 legais, é isso que o Brasil vai fazer, quase que dobrar o seu sistema de áreas  
1784 públicas, em áreas privadas, está aí uma agenda enorme que precisamos  
1785 desenvolver para monitorar, verificar e reportar, num sistema que é privado. O  
1786 outro exemplo está em curso agora, a nossa Lei de Acesso ao Patrimônio  
1787 Genético, Conhecimento Tradicional e Repartição de Benefícios. Lei da  
1788 Biodiversidade, Lei 13.123, em processo de regulamentação. Está hoje abrindo  
1789 uma porta de incentivo ao uso da biodiversidade, sabe a biodiversidade, o nosso  
1790 AS ou o AS do mundo inteiro, o ácido acetilsalicílico, que vem do Salgueiro, ou lá  
1791 de um século passado, a quinona que ajudou as expedições amazônicas no  
1792 combate à malária, a jararaca que fez internacionalmente os remédios de  
1793 hipertensão e vários outros produtos, criou uma comoção, mas é verdade, ela tem  
1794 uma substância que reduz a hipertensão, a jararaca mesmo, aquela sem perna. É  
1795 disso que estamos falando, isso é gestão da biodiversidade, gestão da  
1796 biodiversidade não é só, ainda que seja também reintroduzir a ararinha azul na  
1797 caatinga brasileira, porque nós extinguímos a ararinha azul na natureza na década  
1798 de 70, quando você reinsere, você cria para aquela região, não só o ativo  
1799 ambiental, mas uma oportunidade de emprego, monitoramento, de visitação  
1800 pública por conta do atrativo que os pássaros fazem para o turismo internacional,

1801 entre outras. É essa a nossa agenda, e como eu disse, aguardem o convite, nós  
1802 entendemos que é a agenda de vocês também, e não se assustem com o termo,  
1803 eu acho que assusta muita gente, biodiversidade é dos especialistas, não não é,  
1804 biodiversidade é de nós brasileiros, tem dinheiro no bolso, dá uma olhada na nota,  
1805 está lá, tem duas décadas que nós temos biodiversidade estampadas nas nossas  
1806 cédulas, já leu O Grande Sertão Veredas? Para descrever o sertão brasileiro,  
1807 Guimarães Rosa fez a descrição de mais de mil ambientes, uma descrição quase  
1808 botânica, como diz a geração da minha filha, isso é nós, biodiversidades é nós, a  
1809 enciclopédia do índio que descreve mais de 500 usos medicinais da nossa  
1810 biodiversidade brasileira, somos nós. Então percam o medo, pensem na  
1811 biodiversidade e as suas diversas aplicações, e para os gestores aqui, na hora da  
1812 consulta, assumam seus compromissos, listem os seus compromissos e isso vai  
1813 ser a nossa estratégia nacional. Por último, eu queria lembrar aqui a importância  
1814 da agenda de clima, tive que vim depois, não sei como seria a minha  
1815 apresentação se eu não tivesse falado depois de você, Adriano, ela é uma  
1816 apresentação do tem que, o clima está mudando, nós temos que resolver alguma  
1817 coisa, é uma agenda de urgência, é uma agenda onde buscamos o retorno  
1818 econômico, e inclusive ou a redução dos riscos, por conta de mudança climática,  
1819 na biodiversidade, isso vale também. Não ter mais peixes para pescar é um  
1820 problema econômico, temos que resolver, ter incêndios descontrolados é um  
1821 problema econômico, temos que resolver, mas a biodiversidade tem um valor  
1822 adicional, nós não olhamos para uma molécula de carbono e dizemos: aí que  
1823 lindo, não tem como, agora você olha para uma samaumeira na Amazônia, ou  
1824 você olha para a foto de uma onça, ou para a baleia e ri, é bonito, nós temos o  
1825 dom de poder valorizar isso, a biodiversidade desperta o afeto das pessoas, e se  
1826 estamos falando de uma política que precisa do engajamento social, esse cinza do  
1827 carbono não vai ganhar o coração de ninguém, mas o colorido da nossa  
1828 biodiversidade vai, basta nós quereremos, e bom para o carbono, que consigamos  
1829 fazer isso. Obrigada. (*Palmas!*).

1830

1831

1832 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Quando  
1833 demos início aos trabalhos na parte da tarde, nós tínhamos um quórum de 40  
1834 pessoas, e depois 45, 46, estamos em 47. Adriana, conta para mim, por gentileza.  
1835 47. Eu tenho dois inscritos. Fazer um breve comentário sobre a apresentação  
1836 anterior.

1837

1838

1839 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Cristina, só o seguinte, na Geográfica deste mês,  
1840 teve uma reportagem exatamente dedicada a uma questão da biodiversidade, que  
1841 de repente não é muito falado, por exemplo, a quantidade de alimentos que nós  
1842 jogamos fora por ano é algo assustador, daria para alimentar dois milhões de  
1843 pessoas, não é verdade? E tem outro dado aqui que achei interessante, que é a  
1844 quantidade de biodiversidade que você gasta para gerar esse produto que está

1845 sendo jogado fora. Então, eu acho que esse seria um bom item para ser pensado  
1846 na hora de elaborar o relatório. Obrigado.

1847

1848

1849 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Quando nós observamos  
1850 os números que são falados, hoje, por exemplo, já tivemos aqui 47 mil hectares de  
1851 intenção de restauração e de recuperação do rio Doce, os programas e políticas  
1852 públicas atreladas a mudanças climáticas e ao COP Biodiversidade, outros tantos  
1853 número colossais, que prega a restauração florestal, eu só gostaria de colocar um  
1854 sentido de alerta de que muitas vezes, nós estamos pecando na distância entre  
1855 intenção e gesto, isso ocorreu no estado de São Paulo, e nós estamos discutindo  
1856 isso no âmbito do CONSEMA no estado de São Paulo, em plena crise hídrica, o  
1857 segmento, a cadeia produtiva da restauração florestal definiu no estado de São  
1858 Paulo, viveiros fecharam, a restauração andou para trás, em razão da crise  
1859 econômica e tudo mais, porém, o anúncio de milhares de hectares como metas de  
1860 restauração, eles são, logicamente, importantes, os recursos são importantes,  
1861 mas nós temos que ser hábeis na gestão desses programas, para que tenhamos  
1862 efetividade na restauração, a restauração não acontece tão somente no anúncio  
1863 da política pública, ela acontece lá na área de restauração, e que tem que ter essa  
1864 ponte e esse caminho todo percorrido, e de forma efetiva, senão não acontece, o  
1865 segmento da restauração está definindo no Brasil.

1866

1867

1868 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito  
1869 obrigado. Ivaneide, se for muito rápido, por gentileza, depois vou passar a palavra  
1870 para o Dr. Fidélis, que está lá no fundo.

1871

1872

1873 **A SR<sup>a</sup>. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO (Kanindé - Associação de Defesa**  
1874 **Etnoambiental)** – Só para pedir, mais uma vez, que conversem com a FUNAI, a  
1875 CONABIO e com as organizações não governamentais que atuam em terras  
1876 indígenas, há 10 anos se vem fazendo uma série de pesquisas em áreas  
1877 indígenas sobre a biodiversidade, e isso é importante que apareça no relatório.  
1878 Então, isso só vai acontecer se se buscar essas informações junto a sociedade  
1879 civil, que vem fazendo esses levantamentos, eu tenho batido muito nisso na  
1880 CONABIO, na necessidade de fazer os trabalhos com as terras indígenas, que  
1881 hoje é importantíssimo para conservação da biodiversidade, e para o uso, isso é  
1882 importante com a repartição de benefícios. E a outra coisa, como tem que ser  
1883 muito rápido, é que os recursos do ARPA sejam monitorados pelo Ministério do  
1884 Meio Ambiente, porque não se justifica unidades de conservação que recebem  
1885 recursos do ARPA para a proteção estarem invadidas, estarem desmatadas, e  
1886 não terem seus planos de manejo, porque o ARPA tem recurso para isso. A outra  
1887 questão é a questão de implementação, se faz as pesquisas, se faz os estudos,  
1888 mas não se implementa unidades de conservação nesse País, e o ARPA tem  
1889 recurso para isso. Então, é fundamental que se implemente as unidades de

1890 conservação, e é fundamental que haja um envolvimento da sociedade civil, e que  
1891 o Governo exerça a gestão compartilhada junto com a sociedade civil, o Governo  
1892 sozinho não consegue fazer mais nada, ele precisa de parcerias, então os  
1893 técnicos no Governo têm que ter claro isso. Então, promover gestão compartilhada  
1894 nos estados, no Governo Federal é fundamental para a implementação das  
1895 unidades de conservação das terras indígenas para que se possa conservar a  
1896 biodiversidade desse País. Obrigada.

1897

1898

1899 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
1900 Ivaneide. Seguimos sem quórum, segundo a nossa última contagem, e eu queria  
1901 chamar, como temos a questão da moção, Dr. Fidélis, por gentileza. Fidélis tem  
1902 uma proposta de encaminhamento, é isso?

1903

1904

1905 **O SR. FIDÉLIS PAIXÃO (Representante das ONG's do Norte –**  
1906 **ARGONAUTAS)** – Senhor secretário, senhores conselheiros, sobre a proposta de  
1907 moção, essa proposta foi elaborada naquele momento do acontecimento do  
1908 acidente em Mariana, com a Samarco, refletindo a necessidade de o CONAMA  
1909 obter informações mais detalhadas sobre o estado da arte, do licenciamento, do  
1910 controle ambiental, da situação das barragens de rejeitos de mineração,  
1911 principalmente nos estados do Pará, de Minas e do Amapá, que são os três  
1912 estados com maior quantidade de projetos de empreendimentos mineradores. Nós  
1913 percebemos que estamos com dificuldade aqui para aprovar a moção, nós já  
1914 tínhamos alterado o escopo da moção para facilitar a aprovação alterando alguns  
1915 termos que estavam inadequados, mas mesmo assim nós não temos quórum para  
1916 aprovar. Então, conversando com a Ana e com outras pessoas que estão aqui,  
1917 inclusive com os representantes do estado de Minas e do estado do Pará, a nossa  
1918 proposta de encaminhamento é a seguinte, se o IBAMA se dispõe a fazer uma  
1919 apresentação do estado da arte, nós combinamos com os representantes do  
1920 estado de Minas e do estado do Pará, que eles também estão dispostos a fazer  
1921 uma apresentação do estado da Arte, no caso de Minas, uma apresentação do  
1922 programa de controle ambiental, que já está estruturado, já tem informações  
1923 sistematizadas, as que eles tiverem apresentarão, no caso do estado do Pará, a  
1924 apresentação das informações sobre o licenciamento das barragens de rejeitos, e  
1925 como está o processo de acompanhamento, e essas informações seriam  
1926 apresentadas na próxima reunião do CONAMA, porém, senhor presidente, na  
1927 reunião passada do CONAMA, a ministra Izabella Teixeira apresentou uma  
1928 proposta que foi aprovada por consenso, de que o CONAMA criasse uma  
1929 comissão de acompanhamento dos desdobramentos do acidente de Mariana, mas  
1930 nós não demos sequência ao encaminhamento definindo quem seria essa  
1931 comissão de acompanhamento, talvez fosse o caso de conversarmos sobre isso,  
1932 e também na reunião preparatória que nós tivemos ontem levantou-se a  
1933 possibilidade de fazermos uma reunião extraordinária do CONAMA para discutir  
1934 especificamente essa situação de Mariana, do acidente da SAMARCO, e essa

1935 questão toda do acordo, a apresentação dos detalhes. E, talvez fosse o caso,  
1936 então, se houver o entendimento comum, se houver um consenso aqui, ou de  
1937 fazermos essa reunião extraordinária, ou de na próxima reunião do CONAMA,  
1938 termos essa apresentação do IBAMA e dos dois estados, e o estado do Amapá,  
1939 nós vamos entrar em contato para ver se vai ser possível também, se eles se  
1940 dispõem a fazer. É isso.

1941

1942

1943 **O SR. MARCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO (Assistente da Consultoria**  
1944 **Jurídica do MAPA) –** Boa tarde a todos. Quanto ao orador que me precedeu, eu

1945 não sei se eu entendi direito se há uma proposta de retirada da moção que está  
1946 na pauta, não obstante a ausência de quórum, e fazer o encaminhamento do tema  
1947 com um pedido de informação voluntária para que os órgãos fizessem uma  
1948 exposição aqui. Se for assim, eu até estava aguardando argumentos aqui para  
1949 num momento oportuno da deliberação sobre a moção, eu iria defender um ponto  
1950 contrário ao instrumento proposto, não quanto ao objeto dela, eu acho que é o  
1951 objeto é relevante, um pedido de informações é relevante, mas não o instrumento  
1952 utilizado, eu acho, em minha opinião, que está sendo utilizado um instrumento,  
1953 uma forma deturpada para o instituto moção. Eu trabalhei na reformulação do  
1954 Regimento Interno, e não quero invocar nenhum espírito aqui, mas não era essa a  
1955 razão do instituto moção, como vinha sendo utilizado anteriormente, antes da  
1956 reformulação do regimento, eu acho que a moção tem que, como está no próprio  
1957 corpo do Regimento, ela tem que estar atrelada a uma manifestação do Conselho,  
1958 de algo relevante relacionado com a temática ambiental, não é que o tema não  
1959 seja, mas é um tema de pedido de informação a órgãos que venham a prestar.  
1960 Então, acompanhando então, como representante do Ministério da Agricultura a  
1961 proposição de vocês de retirar, e já que os órgãos voluntariamente viriam aqui  
1962 expor, ou seja, atingir a finalidade do pleito constante da moção, eu acho que  
1963 esgotaria a pauta, e nós tiraríamos de pauta esse tema, esgotaríamos a pauta  
1964 nesse sentido deliberativo, que eu acho que haveria um entendimento, nenhum  
1965 demérito ao pleito objeto da moção, eu só acho que o instrumento moção para a  
1966 finalidade proposta, ela não atingiria o seu objetivo. É isso, muito obrigado.

1967

1968

1969 **A SR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DCONAMA) –** Conselheiro  
1970 Fidélis, eu acho que o entendimento do MAPA está correto, foi assim que nós  
1971 entendemos também. Então, eu acho que fica resolvida a questão da moção  
1972 dessa forma. Não existe uma proposta oficial de Reunião Extraordinária do  
1973 CONAMA. Então, eu acho que seria uma... Acho que vai ao microfone e faz a  
1974 proposta, mas oficialmente não tem nenhuma proposta ainda de Reunião  
1975 Extraordinária.

1976

1977

1978 **O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA) –** Pois bem, em conversa com vários  
1979 conselheiros da sociedade, foi feita uma proposta de consenso de uma Reunião

1980 Extraordinária do CONAMA, para que todos os agentes, a Samarco, Governos  
1981 dos estados, Ministério do Meio Ambiente, apresentem aqui o relatório para que  
1982 se tenha conhecimento de todos os atos que estão sendo implementados, e isso  
1983 foi o que foi proposto. Então, cabe uma Reunião Extraordinária, que se trata do  
1984 maior desastre ambiental do Brasil, foi exatamente o desastre de Mariana, da  
1985 barragem de Fundão.

1986

1987

1988 **A SR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DCONAMA)** – Então, a sugestão  
1989 nossa com relação a uma discussão mais aprofundada sobre o acidente de  
1990 Mariana, é que na próxima Reunião Ordinária do CONAMA, nós pedimos que um  
1991 período específico somente para discutir o acidente. Uma das limitações nossas é  
1992 a questão orçamentária, a outra é agenda mesmo das pessoas. Então, nós  
1993 aproveitamos a próxima reunião para aprofundar essa discussão. Hoje, já tivemos  
1994 uma bela apresentação sobre isso, feita pela presidente do IBAMA, com detalhe  
1995 sobre o acordo. Então, eu acho que aí nós prosseguimos com essa discussão na  
1996 próxima plenária, eu acho que fica mais viável.

1997

1998

1999 **O SR. JOÃO BATISTA MONSÃ (ADEMASP)** – Eu queria falar sobre esse  
2000 problema de fazer a Reunião Extraordinária, é porque a questão ambiental desse  
2001 acidente lá de Mariana não pode se prender a disponibilidade orçamentária ou não  
2002 orçamentária, nós temos que arranjar uma saída para atacar o problema agora,  
2003 antes, porque ele já é grave por si só. Então, eu faço um apelo para que encontre  
2004 uma maneira de fazer essa convocação extraordinária imediatamente, e não  
2005 esperar a próxima, daqui a três meses, quatro meses, não sei, eu não conheço o  
2006 calendário de cor. Então, eu faço um apelo para o secretário, para ver essa  
2007 possibilidade, porque não é por causa de dinheiro que o meio ambiente vai ser  
2008 prejudicado, e nós precisamos atacar o problema. Obrigado.

2009

2010

2011 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Fazer um  
2012 esclarecimento do próprio Regimento. Ana, por gentileza.

2013

2014

2015 **A SR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DCONAMA)** – Segundo o  
2016 Regimento Interno, a convocação de Reunião Extraordinária é feita pela  
2017 presidente do Conselho, ou pelo requerimento de pelo menos dois terços dos  
2018 membros do Conselho. Então, essa é a regra para convocar uma reunião  
2019 extraordinária do CONAMA, só a título de informação.

2020

2021

2022 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Após a  
2023 proposição do Fidélis, seria de buscar essa apresentação que seria feita na  
2024 próxima reunião ordinária.

2025  
2026  
2027  
2028  
2029  
2030  
2031  
2032  
2033  
2034  
2035  
2036  
2037  
2038  
2039  
2040  
2041  
2042  
2043  
2044  
2045  
2046  
2047  
2048  
2049  
2050  
2051  
2052  
2053  
2054  
2055  
2056  
2057  
2058  
2059  
2060  
2061  
2062  
2063  
2064  
2065  
2066  
2067  
2068

**O SR. FIDÉLIS PAIXÃO (Representante das ONG's do Norte – ARGONAUTAS)** – Nós não estamos fazendo cavalo de batalha, até porque nem temos quórum para isso, então o que estamos tentando na verdade é um acordo consensual, o conselheiro representante da sociedade civil, disse algo aqui importante, nós estamos sendo perguntados, questionados o tempo inteiro, em todos os lugares aonde vamos, o que CONAMA tem feito, como tem se posicionado em relação a Samarco? A maior parte dos membros desse Conselho reside em Brasília, a menor parte reside fora de Brasília, uma parte bem menor. Então, eu creio que nós não teríamos tanta dificuldade, claro tem a questão regimental, se houver aqui um acordo e vocês dois concordarem, vocês podem muito bem conversar com a presidente do Conselho, e ela convocar essa Reunião Extraordinária como uma resposta do CONAMA a esse problema, até porque a própria ministra, nas duas falas dela na reunião anterior e nesta, falou da importância desse Conselho acompanhar os desdobramentos desse acidente. Então, o apelo é para que não esperemos até a próxima Reunião Ordinária, se isso for possível.

**O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Exatamente, eu estou achando que não seria possível, a nossa posição é de que faríamos na próxima Reunião Ordinária, como foi feita a proposição anteriormente, dedicar um momento específico para o tema, essa é a nossa proposição.

**O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA)** – Eu quero dizer para os senhores, que esse plenário é soberano, porque nós temos que acabar com essa burocracia da Secretaria, e deixe que o plenário decida pela Reunião Extraordinária para realizar essa demanda, um dia é suficiente para que todos, Samarco, o Governo, todos apresentem os seus relatórios, porque não fazer uma reunião? Esperar Reunião Ordinária daqui três meses?

**O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu entendo, não depende do secretário da mesa, depende da presença do quórum, nós não temos quórum, eu acho que o mais razoável nesse momento, seria acatar a primeira proposição do Dr. Fidélis, de fazermos na próxima, nos comprometermos de fazermos uma agenda específica para isso, eu vou contar com a bondade de todos nesse sentido, em menos de três meses, já estaremos discutindo e estaremos avançados, como a Ana Dolabella acabou de falar, foi feita uma boa apresentação pela presidente do IBAMA. Podemos passar para frente?

2069 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Só um complemento, além  
2070 da discussão, tem essa questão também da composição do grupo de  
2071 acompanhamento, que foi colocado pela ministra, e está pendente, poderia ser  
2072 nessa mesma pauta.

2073  
2074

2075 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado.  
2076 Temos uma última apresentação, a finalização da reunião, pelo colega Ernani de  
2077 Miranda, do Ministério das Cidades, que vai relatar brevemente a avaliação do  
2078 Plano Nacional de Saneamento Básico, por gentileza.

2079  
2080

2081 **O SR. ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA (Ministério das Cidades)** – Boa tarde. É  
2082 um prazer poder fazer esse informe aqui no CONAMA, eu sou conselheiro  
2083 representante do Ministério das Cidades, e esse Plano Nacional de Saneamento  
2084 Básico, o PLANSAB, ele passou por uma aprovação aqui no CONAMA, e foi  
2085 aprovado em dezembro de 2013 pelo Governo, e anteriormente a essa data,  
2086 houve uma apresentação de uma versão preliminar, depois uma versão definitiva  
2087 apreciada na Câmara de Qualidade Ambiental, e depois aprovada por uma  
2088 Resolução do Pleno, recomendando a aprovação do Plano, e sugerindo a criação  
2089 de um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento e Monitoramento  
2090 do Plano. Então, é importante essa apresentação, não só pela importância do  
2091 Conselho, mas pela participação efetiva do Conselho no Plano. A conselheira  
2092 Maria Lúcia, que está aqui na frente, ela é uma das representantes da sociedade  
2093 civil, por intermédio da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental,  
2094 ela é a representante do CONAMA no Grupo de Trabalho Interinstitucional de  
2095 Acompanhamento e Monitoramento do Plano, que se reúne a cada três meses, de  
2096 três em três meses, nós fazemos uma avaliação do andamento da implementação  
2097 do Plano. Esse Plano, ele é um Plano que ficou definido na Lei 11.445 de 2007,  
2098 que é a Lei de Saneamento Básico, que estabeleceu a obrigatoriedade do  
2099 Governo Federal elaborar esse Plano, ele compreende como componente do  
2100 saneamento básico o serviço de abastecimento de água, de esgotamento  
2101 sanitário, de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos e de  
2102 drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, portanto, é uma visão integrada  
2103 dos componentes do saneamento. Aqui no CONAMA, ele foi aprovado no  
2104 segundo semestre de 2013, e pelo Governo Federal como um todo, em dezembro  
2105 de 2013. É bom ressaltar que além do CONAMA, também apreciaram e  
2106 aprovaram o Plano, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Conselho  
2107 Nacional de Saúde e o Conselho Nacional das Cidades, todos eles apreciaram,  
2108 balizaram e aprovaram, e todos têm assento no Grupo de Acompanhamento da  
2109 Implementação do Plano. O horizonte do Plano é um horizonte de vinte anos, de  
2110 2014 a 2033, é previsto uma avaliação anual, uma revisão a cada quatro anos, e o  
2111 acompanhamento por intermédio do GTI PLANSAB. O breve relato que eu vou  
2112 fazer aqui, refere-se à avaliação do primeiro ano de implementação do Plano, que  
2113 é o ano de 2014. O Plano estabelece que o seu monitoramento e a sua avaliação,

2114 deve se dar por intermédio de cinco dimensões de avaliação, que são os cenários,  
2115 as metas, as macro diretrizes estratégicas, indicadores auxiliares e os programas  
2116 de investimento para dar cabo as proposições do Plano. O cenário previsto no  
2117 Plano, o Plano trabalhou a perspectiva de cenário futuro numa visão de  
2118 planejamento estratégico, vislumbrando uma visão de futuro para o cenário macro  
2119 econômico, para o cenário das políticas públicas, para o cenário de  
2120 desenvolvimento tecnológico, das questões ambientais e de gestão de recursos  
2121 hídricos, também das questões relativas a qualificação da prestação de serviço e  
2122 da regulação de fiscalização, são diversas condicionantes, e há uma perspectiva  
2123 futura do comportamento dessas condicionantes, e com base nessas perspectivas  
2124 se assenta as propostas do Plano. O Plano elegeu três cenários, sendo o cenário  
2125 um, aquele escolhido como cenário da implementação, nesse primeiro ano de  
2126 avaliação, o que nós verificamos é que já houve um deslocamento do cenário um,  
2127 que era o mais otimista, para o cenário dois, que é o cenário intermediário. E o  
2128 três é o cenário menos otimista, digamos assim, então já há uma sinalização de  
2129 deslocamento de cenário, que poderá levar a uma necessidade, até mesmo de  
2130 antecipar uma revisão do Plano, mas ainda é muito cedo para apenas um ano de  
2131 implementação do Plano se tomar essa decisão. Então, nós apenas fizemos toda  
2132 essa análise, e é bom que se diga que a parte macroeconômica, pode parecer que  
2133 tenha sido a que mais afetou o cenário, mas não é, porque nós estávamos ainda  
2134 no ano de 2014, então não houve afetação muito forte no que diz respeito aos  
2135 programas de investimento, por exemplo, os programas transcorreram  
2136 regulamente no ano de 2014, o que deslocou o cenário foi mais a perspectiva de  
2137 visão de política pública para o futuro, já um pouco influenciada pelo cenário  
2138 macroeconômico, embora os indicadores não dissessem isso, mas mais do ponto  
2139 de vista do sentimento e da visão dos especialistas. Então, nós estamos  
2140 monitorando esse cenário, e a ideia é que nos próximos anos, nós tenhamos uma  
2141 posição mais concreta sobre como vai se dá o comportamento dele e os seus  
2142 impactos no Plano. A segunda dimensão diz respeito às metas, são inúmeras  
2143 metas previstas no Plano, e, aqui, eu trouxe apenas algumas delas, aquelas que  
2144 dizem respeito aos níveis de cobertura com os serviços. Esse primeiro quadro é o  
2145 quadro das metas referentes ao atendimento para o serviço de água, o primeiro  
2146 indicador é considerando população total, ou seja, urbano mais rural, o segundo  
2147 considera apenas a população urbana, e o terceiro considera apenas a população  
2148 rural. Eu não sei se dá para ler daí, onde os senhores estão, porque daqui onde  
2149 estou, não dá. Então ali, os números, eles são os menos importantes, porque  
2150 ninguém vai fixar isso, eu acredito que vai ser enviado para vocês. Então, o Plano  
2151 parte do ano de 2010, e estabelece metas para 2018, que é a meta de curto  
2152 prazo, 2023, que é a meta de médio prazo, e 2033, que é a meta de longo prazo.  
2153 Então, nós saltamos no indicador de atendimento urbano com água, atendimento  
2154 total com água, de 90 por cento de cobertura em 2010, para 92,6 em 2014, sendo  
2155 que a meta de 2018 é 93. Então, para o cenário global do País, a linha de  
2156 tendência é muito clara no sentido que a meta de curto prazo tende a ser  
2157 cumprida. E, aí, essa mesma análise é feita para as macro regiões do País, e para  
2158 todas elas, traçando uma linha de tendência dos números, nós verificamos que há

2159 perspectiva concreta de cumprimento das metas de água, tanto na área da  
2160 população total, como na área da população urbana. No que diz respeito à  
2161 população rural, não podemos dizer isso, porque em algumas macro regiões, a  
2162 tendência é de não cumprimento da primeira meta do ano de 2018, portanto, há  
2163 uma sinalização nesse relatório de avaliação, de que medidas precisam ser  
2164 tomadas para reverter esse quadro, ainda para o ano de 2018. Em relação ao  
2165 esgotamento sanitário, a lógica é a mesma, os três primeiros indicadores são de  
2166 cobertura com o serviço, e o quarto indicador é de tratamento de esgoto, no que  
2167 diz respeito aos indicadores de cobertura com a coleta dos esgotamentos  
2168 sanitários, seja na população total, seja na urbana, ou seja na rural, há um  
2169 crescimento no indicador, por exemplo, o Brasil total saiu de 67 para 69,8, o Brasil  
2170 urbano saiu de 75 para 77,1, e o Brasil rural de 17 para 19,2. Mas, acontece que  
2171 como os índices de cobertura são inferiores ao de água, a curva de projeção das  
2172 metas é um pouco mais inclinada, então há a necessidade de ampliar um pouco  
2173 mais a cobertura no curto prazo. Então, isso está fazendo que nessa primeira  
2174 avaliação, a indicação do relatório é de que precisamos rever os investimentos no  
2175 setor nessa área de esgotamento sanitário para acelerar um pouco mais o  
2176 crescimento dos indicadores, porque como está hoje, há uma sinalização de não  
2177 cumprimento. Mas, depois, eu vou mostrar para vocês que essa revisão já foi feita  
2178 no curso de 2015, com os programas de investimento do PAC e com os recursos  
2179 que nós vamos mostrar que já estão disponibilizados. Em relação ao tratamento  
2180 de esgoto, a situação é a mesma, nós saímos de 53% de tratamento no Brasil,  
2181 para 63%, e a meta em 2018 é de 69%, só para ter uma ideia, na região Sul era  
2182 59%, saltamos para 70, e a meta é 73, então, por exemplo, na região Sul é clara a  
2183 tendência de cumprimento da meta de 2018. Em relação aos resíduos sólidos, a  
2184 meta de coleta dos resíduos sólidos na área de urbana, a tendência é de  
2185 cumprimento, nós estávamos em 90, saltamos para 92.9 no País, no Nordeste nós  
2186 estávamos com 80 e saltamos para 84,3, e a tendência é de cumprimento. Já na  
2187 área rural, a tendência atual é de uma curva que precisa se inclinar um pouco  
2188 mais para chegarmos nas metas de 2018, mas nós temos uma certa tranquilidade  
2189 pela análise dos números no que diz respeito a coleta dos resíduos há uma série  
2190 de ações em andamento que levarão ao atendimento dessa meta, essa é a nossa  
2191 expectativa analisada no relatório. No que diz respeito a disposição final, um  
2192 indicador presente no nosso Plano é percentual de municípios com presença de  
2193 lixão/vazadouro de resíduos sólidos, e a Lei 12.305, dos Resíduos Sólidos,  
2194 estabelece a obrigatoriedade de se eliminar todos esses lixões, não é bem  
2195 diretamente assim, não é, Zilda? Mas, ela fala que o rejeito de resíduo sólido tem  
2196 que ir para aterro sanitário. E a indicação, por isso que as metas em 2018, 2023 e  
2197 2033, é zero, ou seja, zero município com lixão, essa é a meta da Lei 12.305. Que  
2198 ocorreu em 2013, o indicador de 2013, porque não tínhamos 2014, foi que nós  
2199 estamos com 62,8% dos municípios brasileiros ainda com a presença de lixão ou  
2200 vazadouro de resíduo sólido a céu aberto, portanto, estamos distante ainda da  
2201 possibilidade de cumprimento da meta, é um assunto, fundamental, que está  
2202 sobre os cuidados aí do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, na sua revisão, com  
2203 certeza isso está sob objeto de análise. Observe que se nós analisarmos isso aqui

2204 por massa de resíduos que vai para a disposição final, como as grandes cidades  
2205 tem uma disposição final adequada, do ponto de vista da massa de resíduos, esse  
2206 percentual é muito inferior, a massa que vai para lixão é muito inferior do que  
2207 aquela que vai para aterro, mas em termos de valor absoluto da quantidade de  
2208 municípios, o indicador ainda é alto. Observe também que a solução que nós  
2209 temos defendido, e o Ministério do Meio Ambiente também, é que os municípios  
2210 se juntem em consórcio para fazer uma quantidade menor de aterros, estamos  
2211 falando que um aterro possa atender muitos municípios, e há uma tendência  
2212 desse indicador cair de forma mais acelerada. Esse é o indicador de drenagem, é  
2213 o único que nós temos no Plano, nós temos uma avaliação que é um indicador  
2214 frágil, mas é o único disponível nas estatísticas vigentes quando o Plano foi  
2215 elaborado, e nós não conseguimos sequer avaliar, porque nós não tivemos base  
2216 de dados atualizado em 2014, com a mesma metodologia, que pudéssemos fazer  
2217 uma avaliação do progresso dessa meta. Então, a tendência é uma revisão do  
2218 Plano alterando esse indicador, já há algo em perspectiva para isso, que eu vou  
2219 mostrar na próxima dimensão de avaliação. Essa terceira dimensão de avaliação,  
2220 ela é fundamental no Plano, porque ela trata das macros diretrizes de estratégias  
2221 necessárias para implementação de tudo aquilo o que Plano propõe. São afetas  
2222 ao Governo Federal, mas também aos governos estaduais e municipais, aos  
2223 prestadores de serviços de saneamento, as agências reguladoras, aos  
2224 organismos de controle social, todo o setor, a iniciativa privada, todo o setor que  
2225 tem atuação e que tem algum nível de responsabilidade com o serviço de  
2226 saneamento tem macro diretriz e estratégia prevista, que precisa ser  
2227 implementada, do ponto de vista ao menos de cinco agrupamentos que estão  
2228 propostos no Plano. O primeiro agrupamento diz respeito a questões referentes ao  
2229 planejamento, à coordenação e a implementação de políticas, e a nossa avaliação  
2230 foi que 50 por cento das estratégias previstas no Plano, já no primeiro ano tiveram  
2231 início de implementação, embora não estivessem concluídas, mas tiveram início  
2232 de implementação. O segundo agrupamento diz respeito a diretrizes estratégicas  
2233 referentes a prestação, gestão, regulação e fiscalização dos serviços, e a nossa  
2234 avaliação foi que 41 por cento daquilo que está proposto como estratégia, já está  
2235 em andamento a sua implementação. No agrupamento C diz respeito a  
2236 desenvolvimento tecnológico e ações em áreas especiais, como áreas  
2237 quilombolas, polos de desenvolvimento turístico, áreas transfronteiriças, que tem  
2238 algum nível de exigência especial para as ações de saneamento básico, e para  
2239 esse agrupamento, a conclusão foi que 27% das estratégias previstas já estão  
2240 encaminhadas. No que diz respeito ao quarto grupo, referente ao investimento  
2241 público e cobrança pelo serviço de saneamento básico, aqui 27% das estratégias  
2242 estão em andamento, e é bom dizer que esse Grupo D, ele fortemente é de  
2243 atuação dos entes sub nacionais, quer dizer, a cobrança pelo serviço é feita pelos  
2244 entes sub nacionais, os investimentos são feitos também pelos entes sub  
2245 nacionais, na maioria das vezes, usando recursos federais, mas a implementação  
2246 é dos entes sub nacionais. E no grupo E, referentes as ações de monitoramento e  
2247 avaliação do próprio Plano, 57% das ações estão em andamento. No conjunto da  
2248 obra, a conclusão foi que os programas e ações desenvolvidas observaram em

2249 2014, 38% das estratégias, para nós é uma avaliação muito positiva, considerando  
2250 que nós estamos apenas no primeiro ano do PLANSAB. Aqui é a quarta dimensão  
2251 de avaliação, ela diz respeito a indicadores auxiliares, esse nome talvez não seja  
2252 um nome muito bom, mas são os indicadores que dialogam com os setores afins  
2253 ao saneamento básico, recursos hídricos, saúde, desenvolvimento urbano, meio  
2254 ambiente, e muitas vezes, indicadores que dialogam com áreas dentro do próprio  
2255 saneamento básico, mas que não estão mostrando nas metas, alguma questão  
2256 que está lá. Então, no que diz respeito ao tratamento de esgoto que são  
2257 produzidos no Brasil, nós temos uma avaliação de que o País está com 39%, não  
2258 há meta para isso no PLANSAB, mas observa que está um pouco estabilizado,  
2259 saltou de 38 em 2010, para 39 em 2013. E, aqui, no que diz respeito a gestão de  
2260 risco e respostas a desastres, nós avaliamos dados da Munique em 13, e aqui tem  
2261 alguns indicadores, como por exemplo, incidência de inundações, tem municípios  
2262 atingidos por incidências e que houveram edificações que foram atingidas, e  
2263 municípios atingidos por enchentes, que tiveram pessoas desalojadas, e também  
2264 municípios atingidos por enchentes, que tiveram óbitos. Então, tem todos os  
2265 indicadores colocados aqui, eu não vou ler todos eles, mas esse aqui, na série  
2266 histórica, permite uma análise para influenciar num componente do Plano de  
2267 Saneamento referente a drenagem urbana e manejo das águas pluviais. Aqui é a  
2268 quinta dimensão, portanto, é a última dimensão de avaliação, diz respeito aos  
2269 programas de investimento do Governo Federal. Então, a nossa avaliação foi  
2270 sintetizando na coluna aqui, nós temos aqui investimentos em abastecimento de  
2271 água, em esgotamento sanitário, em drenagem urbana, em resíduos sólidos, e em  
2272 melhoria da gestão, ações de melhoria da gestão, são ações mais de cunho  
2273 estruturante, como capacitação, desenvolvimento institucional, pesquisa e  
2274 desenvolvimento, trabalhos de redução de perda de água, esse tipo de ação. Para  
2275 o conjunto total, nós temos comprometidos no pacote do Governo Federal de 2014  
2276 a 2018, 76 bilhões de reais de contratos em andamento, de obras, 76 bilhões de  
2277 reais, e a necessidade do Plano é de 88 bilhões, o plano estabelece uma  
2278 necessidade de 88. Então, nós estamos no primeiro ano de Plano, com um  
2279 equacionamento para os programas de 86%, portanto, é uma situação muito  
2280 confortável para o primeiro ano, e que deverá alterar aquela curva de metas, que  
2281 eu me referi, em especial a de esgotamento sanitário, porque a maioria dos  
2282 investimentos está sendo feito em esgotamento sanitário, 39,5% em esgotamento  
2283 sanitário, e 26,7% em água, o restante em drenagem, resíduos sólidos e gestão.  
2284 O forte dos investimentos vem do Programa de Aceleração do Crescimento. Aqui,  
2285 rapidamente, só ir passando mesmo, são algumas fotos de empreendimentos  
2286 concluídos no ano de 2014, me parece que são sete fotos que eu coloquei aqui, e  
2287 no relatório tem muitas outras fotos de empreendimentos concluídos, e tem várias  
2288 fotos de empreendimentos que estão em andamento, e esperamos que vários  
2289 deles aparecerão no relatório de 2015. Aquela anterior era uma foto de solução  
2290 para águas pluviais no Fundo de Vale em Belo Horizonte. Essa aqui é uma  
2291 solução para uma adutora no Nordeste brasileiro, em Mossoró. Essa aqui é um  
2292 tratamento de água em Petrolina em Pernambuco, uma estação de tratamento. E  
2293 essa daqui é no Piauí, também um tratamento de águas pluviais associada a

2294 lagoas, associada a um programa de habitação. Aqui uma visão de saneamento  
2295 integrado. Rapidamente, esse relatório, eu acabei não colocando no *slide*, mas ele  
2296 está disponível no *site* do Ministério das Cidades, quem tiver interesse em baixar,  
2297 nós não imprimimos esse relatório, ele está em PDF, para quem quiser fazer uma  
2298 leitura mais detalhada. Agradeço a atenção de vocês. (*Palmas!*).

2299

2300

2301 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
2302 Dr. Ernani. Brevemente, se tiver algum esclarecimento muito rápido ao Dr. Ernani.  
2303 Antes de finalizarmos, nós vamos fazer, inclusive, Fidélis, um levantamento de um  
2304 eventual custo de uma eventual reunião extraordinária, mas sem compromisso no  
2305 momento. Mas, eu vou fazer um levantamento, nós também passamos a  
2306 informação para vocês. Acho que encerramos a pauta. Tem algum formalismo  
2307 para fechar? Agradecer muitíssimo, obrigado a participação de todos, o empenho.  
2308 Até a próxima reunião. Muito obrigado. Boa tarde. (*Palmas!*).